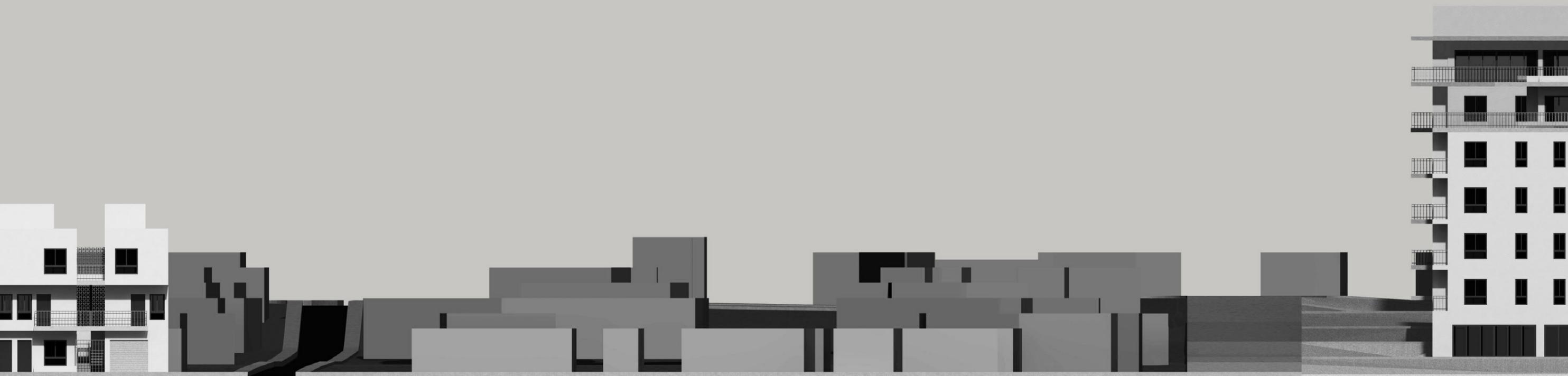


REQUALIFICAÇÃO DO HABITAT NA COMUNIDADE DE TAPERA

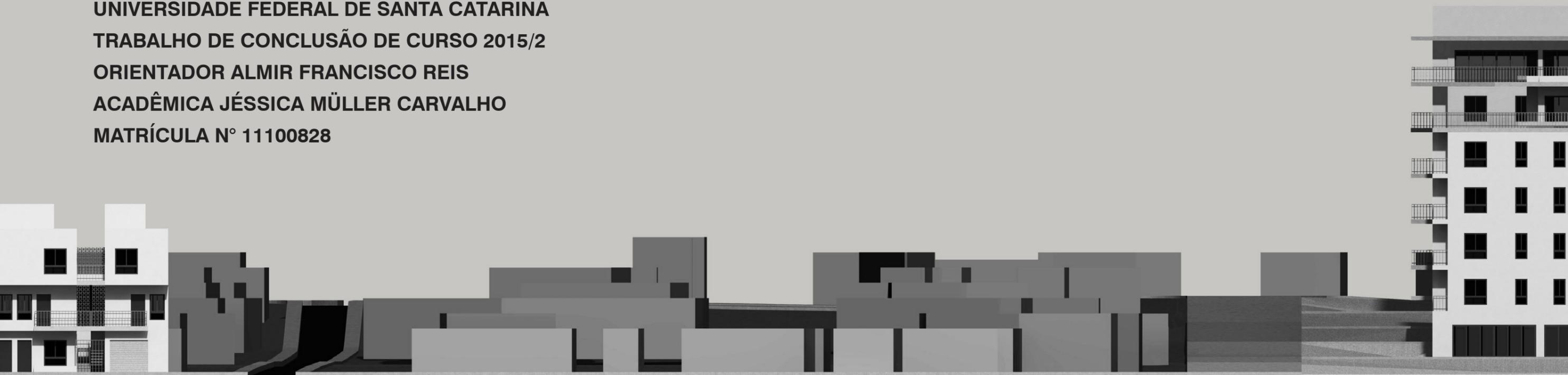
UM ESTUDO DE INTERVENÇÃO PARA ÁREAS URBANAS CRÍTICAS E EM SITUAÇÃO DE RISCO



REQUALIFICAÇÃO DO HABITAT NA COMUNIDADE DE TAPERA

UM ESTUDO DE INTERVENÇÃO PARA ÁREAS URBANAS CRÍTICAS E EM SITUAÇÃO DE RISCO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO 2015/2
ORIENTADOR ALMIR FRANCISCO REIS
ACADÊMICA JÉSSICA MÜLLER CARVALHO
MATRÍCULA N° 11100828



1 | APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA

HABITAT

Quando falamos em habitar, não podemos remetê-lo somente ao abrigo proporcionado pelas habitações de fato, como objetos sólidos e construídos, nas quais se dividem os espaços de sala, cozinha, quarto e banheiro. O habitar está presente em diversas escalas no nosso cotidiano, materiais e imateriais, não aparece apenas como uma questão física, mas sim como as relações sociais que acontecem. Habitar uma porção de terra é, essencialmente, estar imerso em um sistema de inter-relações entre indivíduo, comunidade e ambiente. Nas relações dessa natureza, o conjunto tende a funcionar, de forma adequada a todas as partes, somente quando compreendido como o conjunto que é.

Considerando as relações citadas, pensar em habitação abrange muito além de solucionar as problemáticas encontradas na escala do próprio lote. Pensar habitação é pensar o conjunto por completo: o modo de vida que queremos proporcionar aos moradores, a cidade que queremos construir, juntamente com as questões ambientais ligadas aos impactos de nossas intervenções e como esperamos que esses fatores possam se relacionar e, por fim, construir o nosso Habitat.

É necessário entender a questão habitacional como um problema que diz respeito não só aos ocupantes das habitações em situações precárias, que claramente sofrem com o descaso das políticas públicas em garantir parâmetros funcionais e aplicáveis de qualidade tanto urbanística quanto arquitetônica, mas diz respeito à cidade inteira, que sofrerá as diversas consequências destas respostas muitas vezes superficiais e ineficientes que tratam do problema habitacional, que maquam interesses financeiros com preocupações sociais, que exploram as situações críticas e colocam um teto e quatro paredes como solução suficiente.

A falta de políticas públicas adequadas, com soluções habitacionais coerentes com as condições da cidade e com a renda da população trás as construções informais como principal alternativa para a população expulsa da cidade se abrigar. A qual não optou por ocupar áreas críticas ou de risco, mas encontrou-se sem melhores opções, gerando uma série de problemas tanto naturais quanto sociais e econômicos para toda a cidade.

Frequentemente vemos grandes conjuntos habitacionais sendo construídos nas periferias da cidade para transferir a população de baixa renda, que, amontoadas em favelas vivem em condições de pouquíssima dignidade e qualidade. O padrão de urbanização decorrente da construção desses conjuntos destinados a atender as demandas sociais de habitação é bastante problemático. Para compreender seus pontos negativos e poder propor melhorias, podemos analisá-los em duas escalas: de infraestrutura urbana e de implantação, partindo dos parâmetros de qualidade referentes a cada uma (WHITAKER, 2012).

Escalas de análise:	Parâmetros de qualidade:
 Inserção urbana: escala que relaciona o empreendimento à cidade e ao bairro em que está inserido, tendo em vista aspectos como acessibilidade, presença de serviços urbanos e integração à malha urbana;	<ul style="list-style-type: none">. infraestrutura e serviços urbanos;. localização e acessibilidade;. fluidez urbana.
 Implantação: escala que se refere ao empreendimento, sua relação com o entorno imediato (ruas vizinhas), com a forma de ocupação do terreno e a integração entre as edificações, áreas verdes e livres, espaços de convivência e circulação;	<ul style="list-style-type: none">. adequação à topografia do terreno;. paisagismo e impacto ambiental;. formas de ocupação do terreno;. áreas comuns e de lazer;. densidade e dimensão.

ESCALAS PARA PARÂMETROS DE QUALIDADE (FONTE: Construir casas ou produzir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano, 2012)

INSERÇÃO URBANA

INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS: Os conjuntos habitacionais sociais, na maioria dos casos, estão inseridos em áreas periféricas da cidade, onde há uma significativa quantidade de terrenos desocupados e a oferta de infraestrutura e serviços urbanos é precária e até mesmo ausente. Esses fatos acabam acarretando na desvalorização dos terrenos da periferia com a consequente baixa nos seus preços de mercado, principal motivação das construtoras para inserção dos conjuntos sociais. Nessas situações, porém, o que acontece é uma falsa impressão na redução dos custos da construção, uma vez que representam a redução apenas para as próprias construtoras, enquanto o estado fica encarregado das instalações de infraestrutura, necessárias para a implantação dos conjuntos, repassando esse custo para toda a cidade.

LOCALIZAÇÃO E ACESSIBILIDADE: As escolhas por terrenos periféricos, sem a presença de infraestruturas e serviços urbanos, configuram conjuntos habitacionais com pouca diversidade de usos, inseridos em bairros monofuncionais ou muitas vezes implantados completamente segregados sócio e espacialmente da cidade. Essa configuração baseada no espraiamento da cidade, criando áreas isoladas e desarticuladas da malha urbana, dificulta o acesso de seus moradores aos equipamentos urbanos, aos serviços e aos seus locais de trabalho, exigindo excessivos deslocamentos diários.

FLUIDEZ URBANA: No que diz respeito à integração desses conjuntos com a cidade, percebe-se numerosos conjuntos implantados em perímetros murados, segmentando a malha urbana e negando a interação do mesmo com a cidade e seus espaços públicos. Privatizando alguns tipos de atividade em nome da “segurança” dos condôminos, esses conjuntos acabam por ignorar a rua como espaço de convivência e de expressões sociais, fazendo dela um lugar pouco frequentado e intensificando a sensação de insegurança desses espaços.

IMPLANTAÇÃO

ADEQUAÇÃO À TOPOGRAFIA DO TERRENO: Motivados pela facilidade e redução de custos na aplicação de modelos padronizados de implantação, que possa facilmente se replicar quando em topografias aplainadas, muitas construtoras acabam realizando excessivos cortes e movimentos de terra nos terrenos, eliminando os desníveis originais da topografia. Uma vez que se perdem suas características formais naturais, o escoamento natural das águas fica significativamente afetado e pode acarretar graves consequências.

PAISAGISMO E IMPACTO AMBIENTAL: Quanto aos espaços destinados a áreas verdes dentro de seus perímetros murados, nota-se que os mesmos ficam restritos a espaços residuais entre a implantação dos edifícios e as áreas ocupadas por vagas de estacionamento. Existe uma demasiada impermeabilização do solo, que contribui para a formação de áreas com muita absorção do calor, pouca troca de umidade e pouco escoamento adequado das chuvas, gerando ambientes urbanos quentes e úmidos.

FORMAS DE OCUPAÇÃO DO TERRENO: As implantações das unidades se dão de forma extremamente padronizada, geralmente causando rupturas com a malha urbana e seus fluxos naturais, comprometendo a integração entre os usos e os diferentes indivíduos da sociedade.

ÁREAS COMUNS DE LAZER: Visando o aproveitamento máximo dos índices construtivos e priorizando espaços para estacionamentos, resta pouca destinação de áreas para lazer e convívio tanto dos ocupantes quanto da comunidade em que a habitação será inserida.

ÁREA DE ESTUDO

FLORIANÓPOLIS

No ano de 2005 foi regulamentado o Sistema Nacional de Habitação Interesse Social (SNHIS), direcionado à população de 0 a 10 SM, dando prioridade àqueles de baixa renda, com até 03 SM. Como instrumento para a implementação do SNHIS, vem o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS), que objetiva promover o planejamento das ações do setor habitacional de forma a garantir o acesso à moradia digna, a expressão dos agentes sociais sobre a habitação de interesse social e a integração dos três níveis do governo, condições básicas para a adesão do município ao SNHIS.

Construído a partir de diagnósticos e complementações com audiências públicas, foram traçadas as Estratégias de Ação para nortear a tomada de decisões acerca da questão habitacional, assim como na priorização de metas a curto, médio e longo prazo, com desenvolvimento de projetos para habitação, regularização e urbanização de assentamentos precários.

Segundo informações fornecidas pelos levantamentos do PMHIS, a cidade de Florianópolis possui um déficit habitacional quantitativo de 7.842 domicílios e 1.666 com necessidades ou sujeitos a reassentamento e remanejamento devido à melhoria urbanística, dos quais 1.005 e 249, respectivamente, localizam-se no distrito de Ribeirão da Ilha (ver TABELA 1). Além de uma demanda habitacional qualitativa por carência de infraestrutura (água, esgoto sanitário, energia elétrica, coleta de lixo e ausência de sanitários internos) de 9.505 unidades- dado estimado em 2009 segundo pesquisa amostral realizada pela COBRAPE.

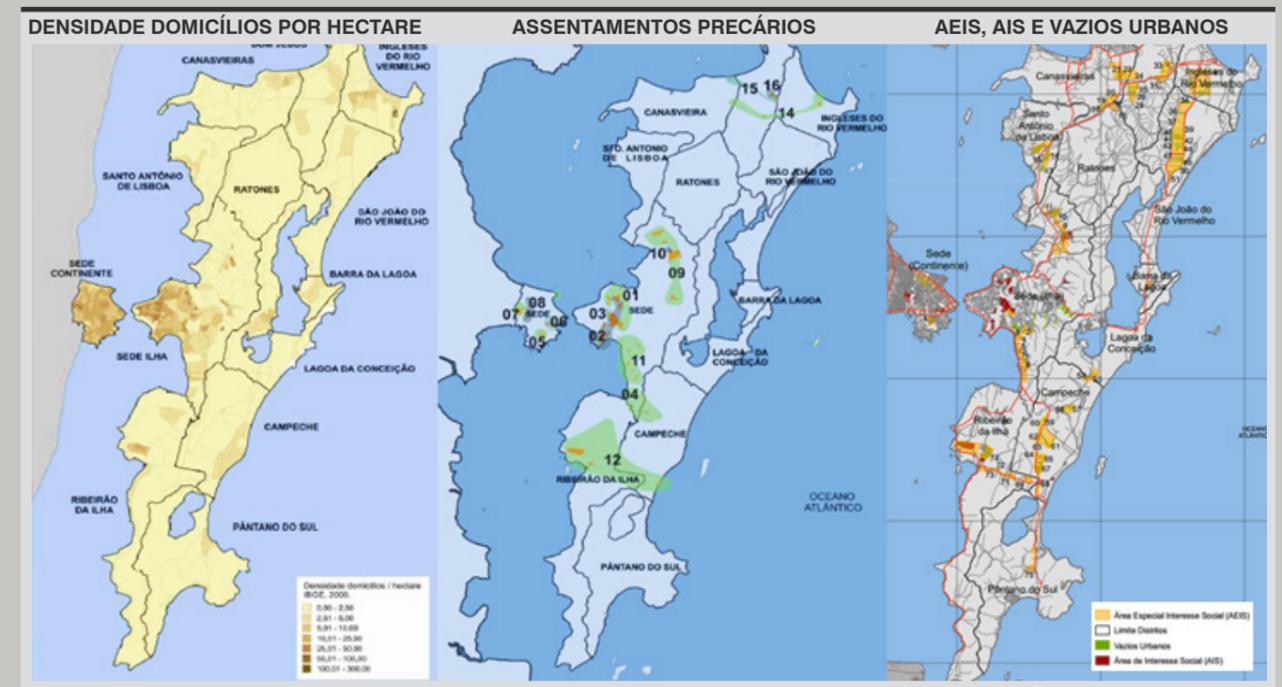
A proposta para o Novo Plano Diretor de Florianópolis propõe que todas as AIS (Áreas de Interesse Social) consolidáveis de Florianópolis sejam classificadas como ZEIS, estando subdivididas em 03 tipos: ZEIS-1, ZEIS-2 e ZEIS-3. Segundo análise realizada pelo PMHIS, o Sul da Ilha de Florianópolis possui uma região bastante extensa de assentamentos precários, classificada como ZEIS-2:

Assentamentos consolidáveis ocupados espontaneamente por população de baixa renda em áreas públicas ou privadas onde há restrição legal ou técnica a urbanização, destinadas, prioritariamente, a ações de regularização fundiária, alguns domicílios estarão sujeitos à realocação ou remanejamento em função do risco ou melhoria urbanística (PMHIS, 2012).

Essa região encontra-se no distrito de Ribeirão da Ilha, especificamente na Tapera da Base, logo após a Base Aérea de Florianópolis, e foi selecionada para o estudo por apresentar grande extensão territorial, ocupada de forma crítica e irregular, permitindo o ensaio da construção e reorganização espacial da cidade.

DISTRITO	DÉFICIT HABITACIONAL QUANTITATIVO	REASSENTAMENTO E REMANEJAMENTO	
		NECESSIDADE	SUJEITO
Sede (Ilha)	4.046	295	243
Sede (Continente)	2.297	165	397
Ribeirão da Ilha	1.005	-	249
Cachoeira do Bom Jesus, Campeche, Ingleses do Rio Vermelho, Canasvieiras e Pântano do Sul	494	250	76

NECESSIDADES HABITACIONAIS (FONTE: Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, 2012)



FONTE: Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, 2012.



1940



1960



1980



1995



2002



2012

HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO

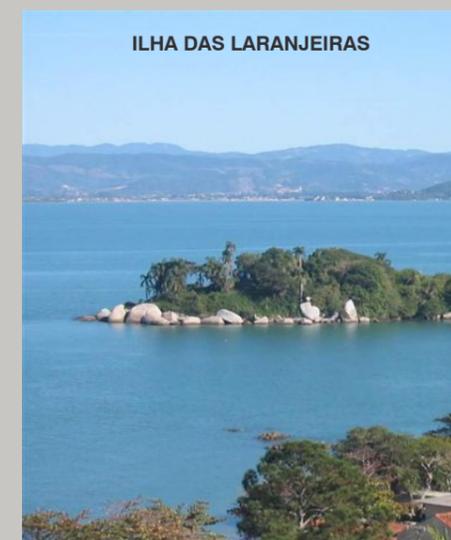
O Distrito do Ribeirão da Ilha, que está associado as UTP24- Ribeirão da Ilha, UTP23- Tapera e UTP 21- Rio Tavares, foi a primeira comunidade de Florianópolis a ser habitada, no século XVI, pelos índios Carijós. O Distrito foi criado a partir de um Alvará Régio no ano de 1809. Sua área é de 51,54 km² e fazem parte as localidades: Alto Ribeirão, Barro Vermelho, Caiacangaçu, Caeira da Barra do Sul, Carianos, Costeira do Ribeirão, Freguesia do Ribeirão, Praia dos Naufragados, Tapera e Sertão do Peri.

O nome do bairro da Tapera é de origem tupi, significando algo como “aldeia extinta”. Popularmente, o termo passou a designar lugares abandonados ou em ruínas. Indícios de que a região tenha permanecido desabitada por algum tempo após a extinção do grupo carijó que ali vivia. Os registros mais antigos a respeito da ocupação urbana da Tapera datam da década de 1920, época em que o Centro de Aviação Naval foi construído na região. Descobriu-se a existência de uma pequena colônia de pescadores na área que, devido à presença das ilhas das Laranjeiras e a de Dona Francisca, costumavam praticar a faina.

Alguns anos mais tarde, com a transformação do Centro de Aviação Naval na Base Aérea de Florianópolis e com a elevação do antigo Campo de Pousado da Ressacada – instalado no bairro vizinho, Carianos – à categoria de aeroporto, uma grande quantidade de trabalhadores foram convocados para atuar em Florianópolis e muitos deles se fixaram na Tapera. Na década de 1980, com a construção das rodovias SC-405 e SC-406 tanto a Tapera quanto os demais bairros do sul da Ilha tiveram acesso facilitado em relação ao centro da cidade, o que atraiu uma nova leva de moradores para a região.

O processo de ocupação da Tapera iniciou-se nas terras próximas à orla de acesso à Base Aérea e expandiu-se na década de 90 através de grilagens - antigas chácaras que foram parceladas em lotes menores de forma irregular e desordenada, em regiões de mangue, passando por processos de aterro e drenagem.

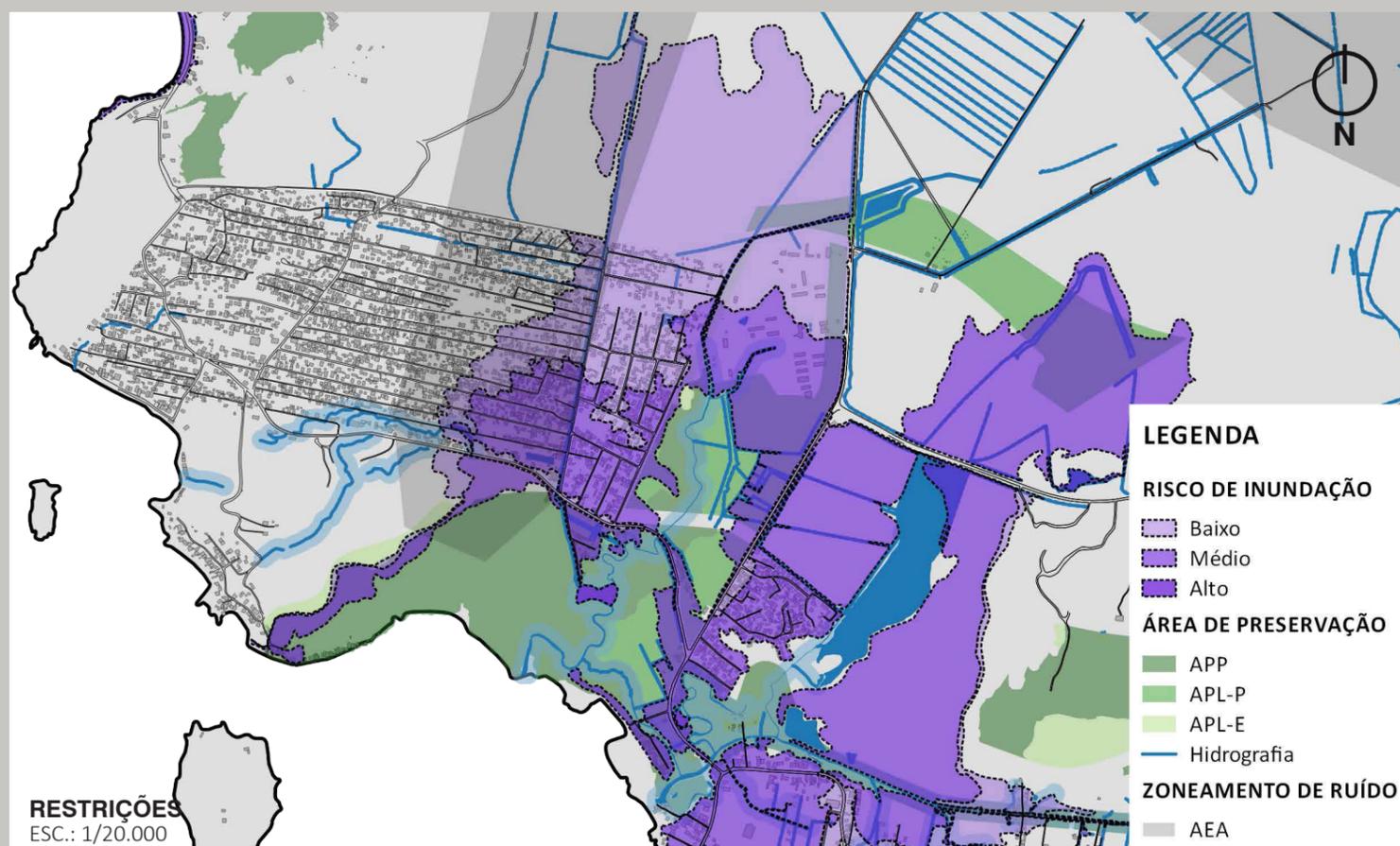
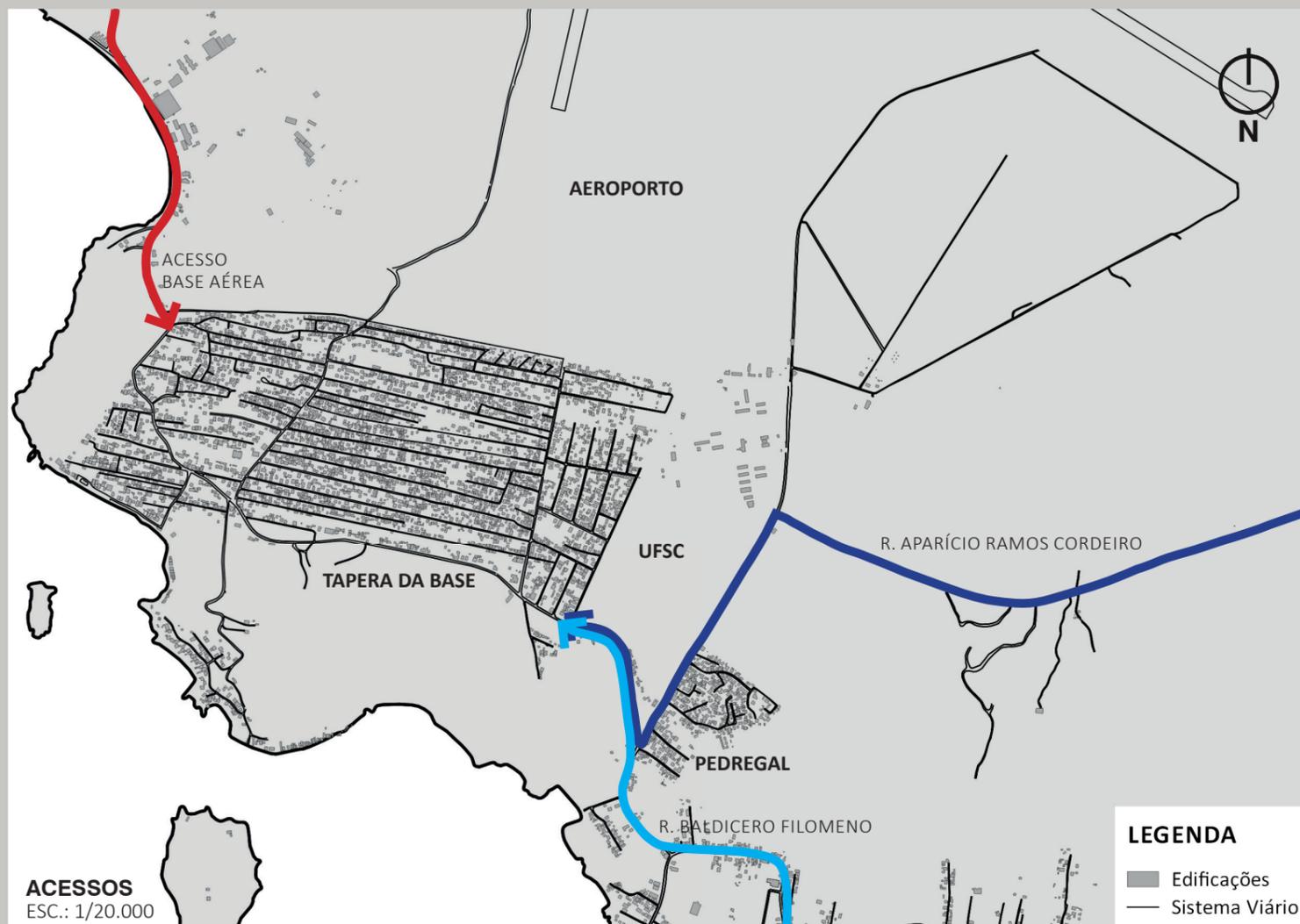
A comunidade da Tapera da Base é, atualmente, uma das maiores ocupações consolidadas da área conturbada de Florianópolis, mas existem grandes discrepâncias nos dados sobre o número de moradias. Os dados do IBGE mostram que entre 1990 e 2000 a população desta localidade aumentou em cerca de 250%. A localidade da Tapera da Base passou à condição formal de Bairro no ano de 2005, por força da Lei Nº 6.919, de 29 de dezembro de 2005, que dispõe sobre o ordenamento das Unidades Espaciais de Planejamento 123 (Tapera da Base) e 124 (Pedregal).



ILHA DAS LARANJEIRAS



ILHA DA DONA FRANCISCA

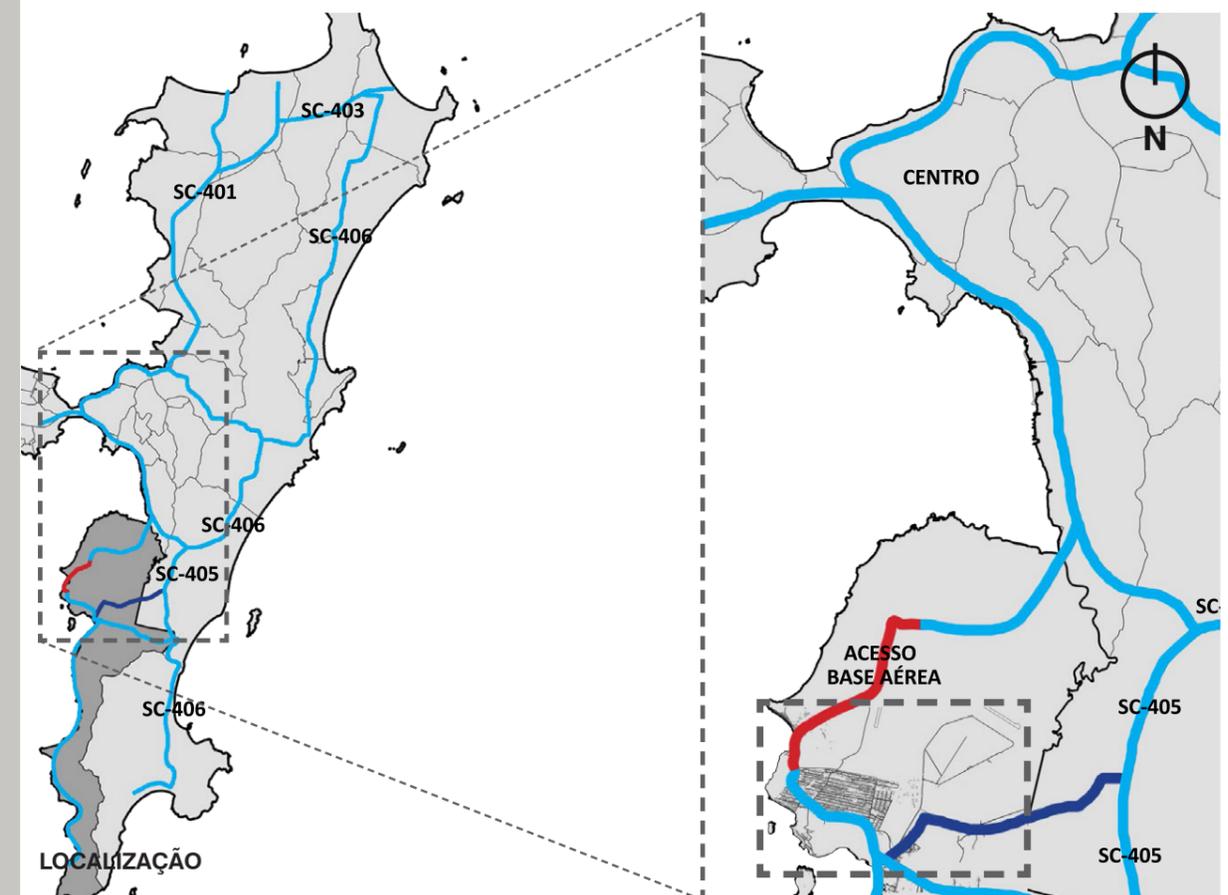


A COMUNIDADE DE TAPERA

O bairro Tapera é dividido entre Tapera da Base e Pedregal. O acesso é feito pela Rodovia SC-405, seguindo pela Rodovia Aparício Ramos Cordeiro ou, para quem vem do extremo sul da ilha, pelo Morro das Pedras, através da Rodovia Baldicero Filomeno. É possível acessar também pela Base Aérea de Florianópolis, porém este acesso fica restrito a militares, moradores cadastrados e algumas categorias de servidores públicos. A expansão da ocupação da Tapera da Base é delimitada por quatro fatores principais: A região da Base Aérea, o Campus da UFSC, antigo Centro Formação e Aperfeiçoamento da CELESC (CEFA), e as orlas de praia.

A Tapera ocupa uma área em torno de 15 km², com aproximadamente 5.500 domicílios e 22.000 moradores (última estimativa realizada pela Associação dos Moradores de Tapera), dos quais 5.170 vivem em condições precárias. São em torno de 1.665 habitações localizadas na AIS e 225 unidades em áreas com risco de inundação, 220 na Tapera da Base e 05 no Pedregal, (PMHIS, 2012). Sua população é, em média, de baixa renda e trabalha predominantemente com serviços terceirizados, em lojas, atividades comerciais e especializadas. Grande parte das famílias vem de fora em busca de trabalho, geralmente das regiões de São Paulo, Chapecó e Urubici, e acabam se instalando na Tapera pelo baixo custo da terra.

A região é em sua grande maioria destinada ao uso residencial e apresenta grande desigualdade socioespacial. Possui um pequeno comércio, destinado a suprir as necessidades locais, distribuído ao longo da Rodovia Açoriana, da Rua das Areias e da Rua José Corrêa, vias estruturadoras do bairro. Nas quais também se encontram próximas, as instituições de ensino N.E.I. Tapera, C.E.C. da Tapera e E.E.F. Baldicero Filomeno, a Creche Anna Spyrios Dimatos e o Centro de Saúde Tapera.



Caracterizada até a poucos anos pela pobreza, violência e ausência de infraestrutura urbana, com esgotos correndo a céu aberto e poucas ruas pavimentadas, atualmente encontra-se em processo de qualificação: grande parte das ruas já foram calçadas e alguns córregos retificados. Entretanto, continua sendo uma região com ausência de sistema de coleta e tratamento de esgoto, fragmentada por conta de sua malha urbana desconexa, com ruas estreitas e extremamente longas, relativamente isolada e distante do centro.

A proposta para o novo Plano Diretor de Florianópolis consiste no zoneamento da região, que prevê, basicamente, estimular a atividade comercial ao longo das vias estruturadoras anteriormente citadas, a expansão das áreas residenciais mistas para a porção Sul do Bairro, ainda desocupada e a destinação à atividades turísticas próximas à orla da praia, além da delimitação da AIS como ZEIS.

Para o sistema viário, o Plano Diretor propõe o alargamento da Rua das Areias e da Rua José Corrêa, assim como de três das vias que as conectam: a Rua da Creche, a Servidão Tupi e a Servidão Ismael João da Silva. Prevê, também, a abertura de duas novas vias que dão acesso à Tapera. Uma, que faz a ligação direta da ponta nordeste da ocupação com a Rodovia Aparício Ramos Cordeiro, passando pelo lado norte do terreno da UFSC e outra que sairia da SC-405 e viria em paralelo à Rodovia Baldicero Filomeno, chegando junto à Rodovia Açoriana.

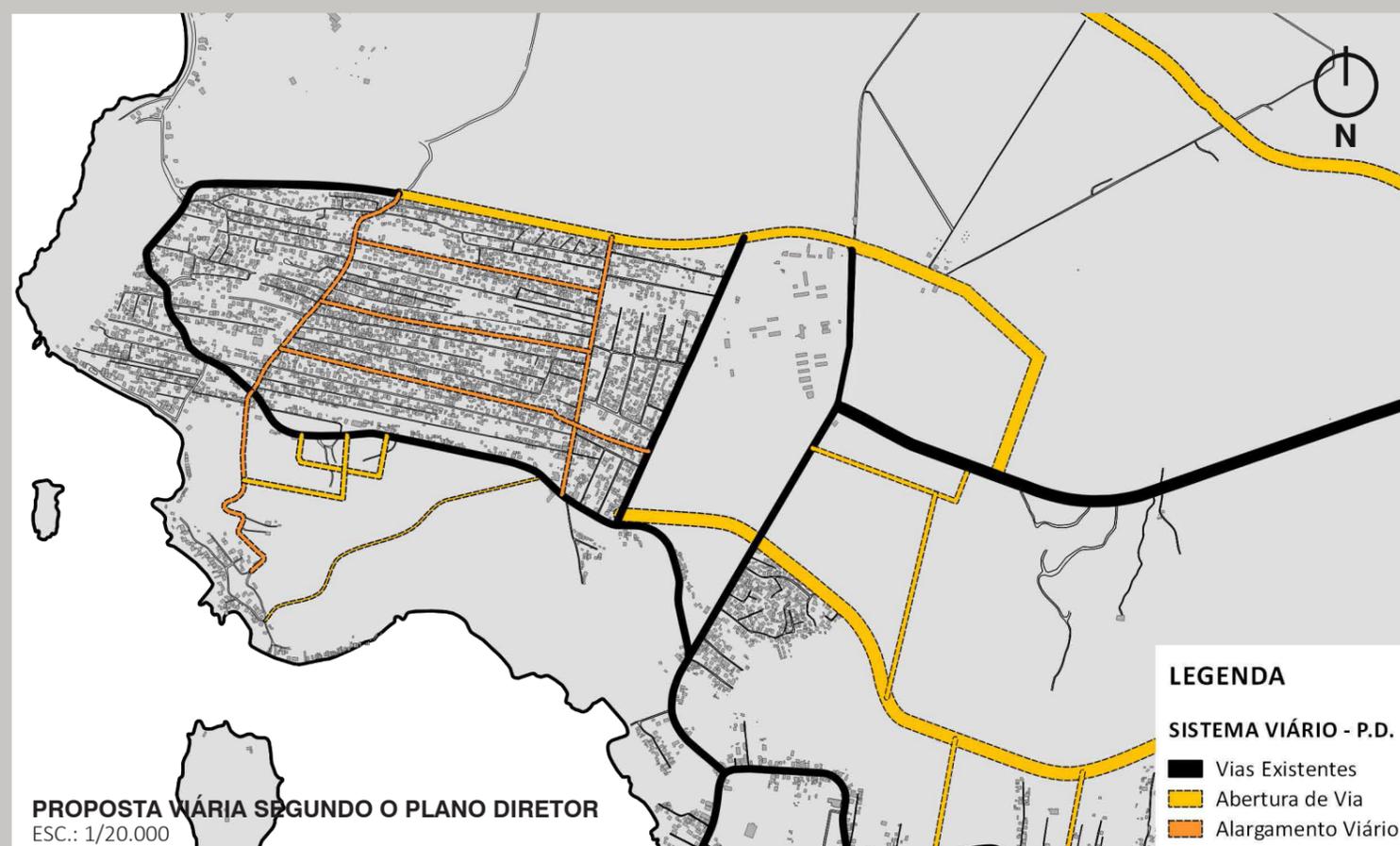
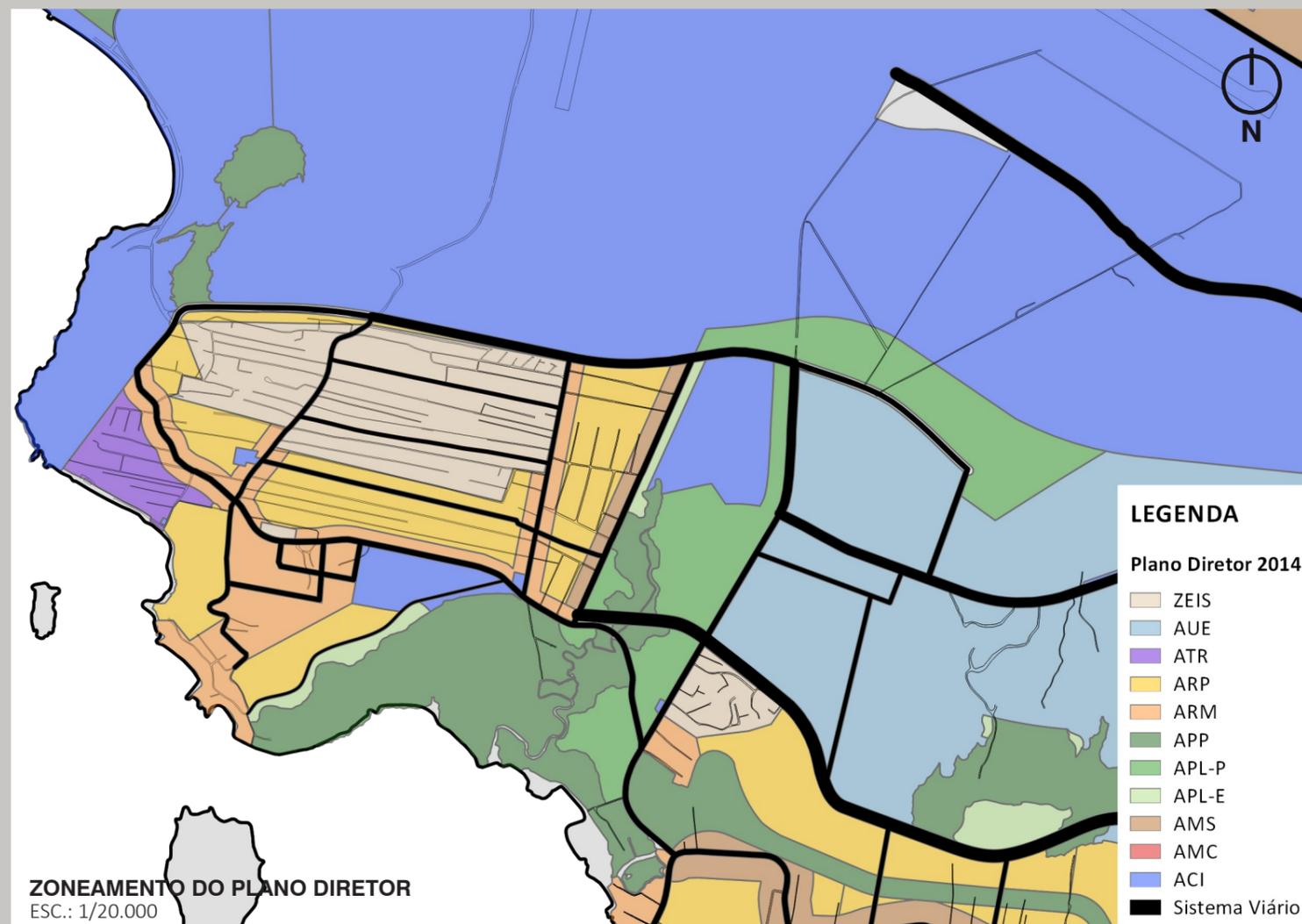




IMAGEM 01 | Rua José Corrêa



IMAGEM 07 | Canal da Rua José Corrêa



IMAGEM 13 | Rua dos Pinhais, divisa com o Campus da UFSC



IMAGEM 02 | Servidão Fortunato José Albino



IMAGEM 08 | Curso d'água na Servidão Antônio Alves Batista



IMAGEM 14 | Terreno na Servidão Ismael João da Silva



IMAGEM 03 | Servidão Ismael João da Silva



IMAGEM 09 | Curso d'água na Servidão Antônio Alves Batista



IMAGEM 15 | Apropriação de espaços abertos



IMAGEM 04 | Travessia de veículos



IMAGEM 10 | Centro de Saúde Tapera



IMAGEM 16 | Terreno desocupado (R-2)



IMAGEM 05 | Travessia de pedestres entre edificações



IMAGEM 11 | Creche Anna Spyrios Dimatos



IMAGEM 17 | Terreno desocupado (R-3)



IMAGEM 06 | Travessia de pedestres entre áreas desocupadas



IMAGEM 12 | N.E.I. Tapera



IMAGEM 18 | Terreno desocupado (R-1)

2 | DIAGNÓSTICO DA ÁREA

O TECIDO URBANO

A Tapera apresenta uma configuração espacial característica de ocupações e de parcelamento do solo irregulares. No caso específico da região, o parcelamento rápido e desordenado de antigas chácaras em lotes menores baseou-se na abertura de vias no sentido Leste-Oeste, que ficaram abaixo do padrão estabelecido por lei de seis metros de largura, sem preocupação em conectar e possibilitar diferentes fluxos dentro do bairro. Essa falta de planejamento no desenho da malha urbana acabou resultando em vias extremamente longas, chegando a casos de aproximadamente 960 metros sem conexões ou travessas adequadas. Essas condicionantes morfológicas estão intrinsecamente relacionadas à qualidade dos espaços públicos gerados e ao modo de vida de seus habitantes.

As vias locais não proporcionam acesso adequado a todos os lotes, principalmente àqueles situados no miolo da ocupação. A pavimentação é algumas vezes interrompida ou inexistente e a caixa da via abaixo do padrão estabelecido por lei compromete a circulação de transporte público e a coleta de lixo, o que demanda excessivos deslocamentos de parte dos moradores para a utilização desses serviços, assim como dificulta a passagem de veículos maiores, como ambulâncias e caminhões de bombeiros, por exemplo.

A grande extensão das vias e a falta de conexões existente, principalmente nos casos de ruas sem saída, geram ambientes com baixíssima vitalidade urbana. Na medida em que não se fazem passagem para diferentes lugares, em que não oferecem atividades variadas e não conectam demais pontos do bairro, essas ruas tornam-se lugares inóspitos, sem função social e frequentada apenas pelos próprios moradores, restringindo o convívio dentro da comunidade. Em situações como esta, com pouca circulação e diversidade de pessoas ao longo do dia e da noite, é fácil notar a formação de guetos e regiões cada vez mais isoladas. Ao perder a interação com o bairro, a segurança nessas regiões fica bastante fragilizada, intensificando seu isolamento.

TIPO DE USO

O Bairro possui uso predominantemente residencial, com pequenos pontos comerciais, instituições de ensino e um Centro de Saúde distribuídos ao longo das vias estruturadoras do bairro (Rodovia Açoriana, da Rua das Areias e da Rua José Corrêa). Não há oferta de áreas de lazer, parques ou praças públicas na região. Há apenas um campo de futebol na Tapera, que até o começo do ano de 2016 era particular e usado pela comunidade apenas mediante pagamento. Recentemente, a comunidade se uniu e conseguiu a liberação do campo para uso público.

A distribuição desigual das atividades na região afeta a qualidade de vida de seus moradores, por um lado, ao dificultar o acesso de parte da população, exigindo maiores deslocamentos para utilização dos serviços e, por outro lado, agravando a baixa vitalidade das regiões predominantemente residenciais, não incentivando a constante circulação de pessoas ao longo do dia e da noite, que poderiam usufruir da rua como espaço público de socialização e de lazer, trazendo movimento e contribuindo para o aumento da segurança local.

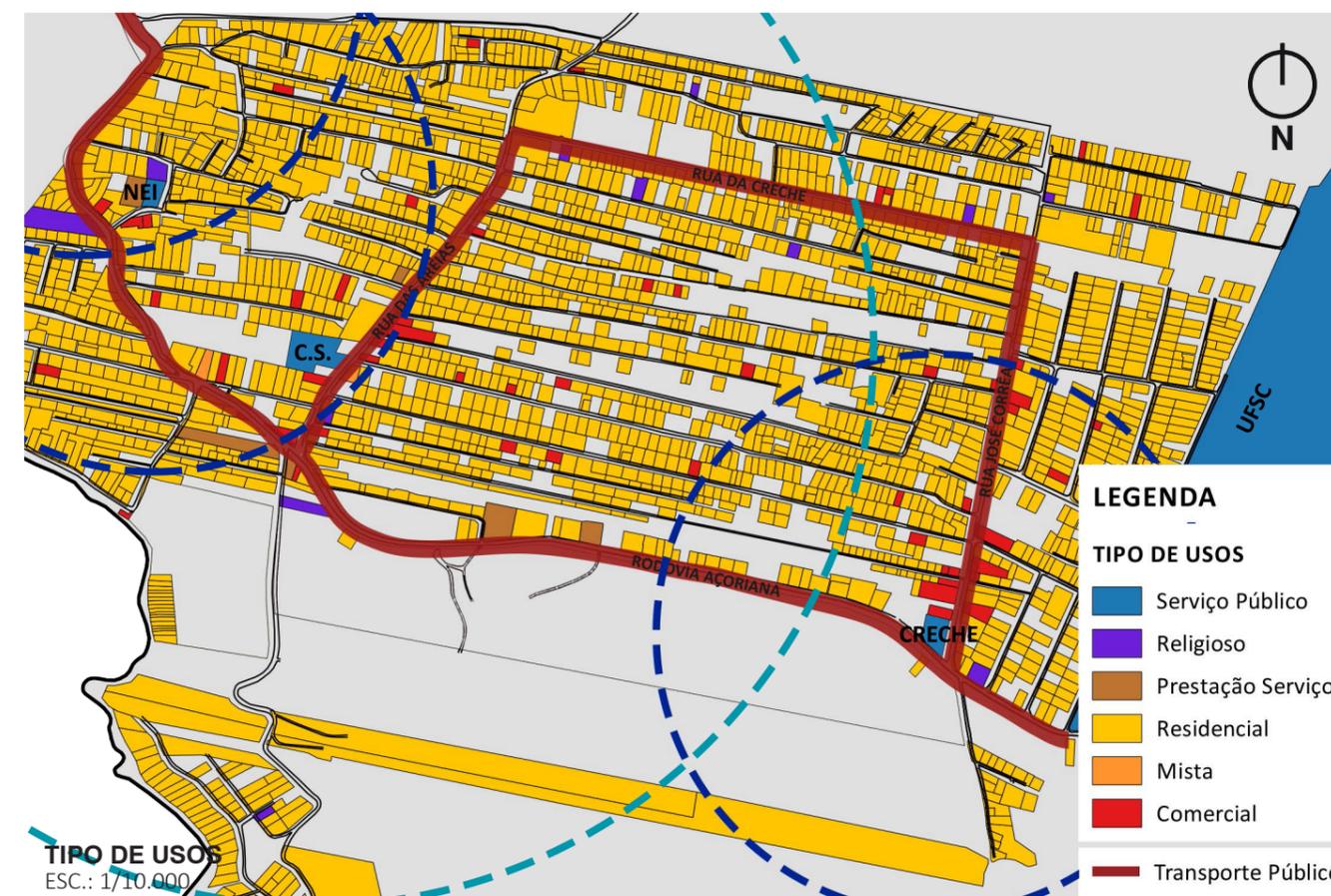
Há, também, carência na oferta de serviços. A Tapera oferece apenas uma unidade de CS (Centro de Saúde), destinada a atender a demanda de 22 mil moradores. Da mesma forma acontece com a área da educação, as unidades de ensino existentes não são suficientes para atender às crianças do bairro, principalmente na idade maternal, com aproximadamente 75 alunos na lista de espera no ano de 2016.

OCUPAÇÕES EM ÁREAS CRÍTICAS

As pesquisas mostram que, até o ano de 2010, 220 unidades habitacionais da Tapera se encontravam em área com risco de inundação. A comunidade foi consolidada em cima de uma grande área de mangue, com nível do lençol freático alto, fortemente influenciado pelas marés e suscetíveis a inundações. Para viabilizar essa ocupação, foram tomadas algumas medidas de intervenção no terreno, dentre essas, a canalização do escoamento natural da água e o aterro dos loteamentos. Porém, tais intervenções resultaram em problemas de inundação, criando restrições físicas para o adequado escoamento das águas e interrompendo a sua drenagem natural.

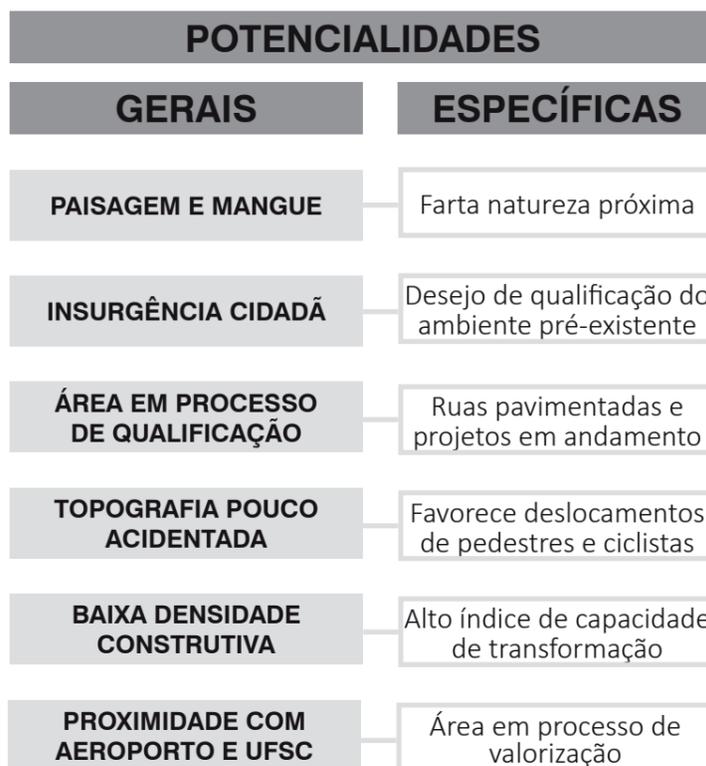
As construções nessas áreas alagadiças colocam em risco a saúde de seus moradores, além de causar diversos problemas naturais, sociais e econômicos. A situação se agrava na medida em que a comunidade não dispõe de nenhum sistema de coleta e tratamento de esgoto público. Os dejetos provenientes de residências ou de edificações comerciais são tratados em fossas particulares e até mesmo lançados diretamente nos cursos de água fluvial por meio de precários sistemas de tubos e canalizações. Essa condição causava forte cheiro desagradável nas proximidades do principal canal de drenagem do bairro, localizado na Rua José Corrêa, que recentemente foi coberto e utilizado como alargamento do passeio existente.

Devido a sua proximidade com a pista de pouso do Aeroporto Hercílio Luz, há também um problema com o ruído gerado pelas aeronaves durante os pousos e decolagens. Para amenizar o desconforto da população, existe um Plano Específico de Zoneamento de Ruído que controla os tipos de usos permitidos e proibidos para a região afetada.



Considerando todos os aspectos levantados na pesquisa e ciente de que talvez não seja possível se desenhar espaços “ideais” que contemplem todas as suas demandas com perfeição e responda completamente aos anseios de seus usuários, a seguinte proposta tem por objetivo principal estudar as estratégias possíveis para intervenção em ambientes dessa natureza, propondo-se ao máximo solucionar ou amenizar os problemas encontrados e mostrar aos moradores pelo que eles podem e devem lutar: viver em uma cidade equilibrada, condizente com seus modos de vida e dotada de toda a infraestrutura necessária para se viver com conforto e dignidade.

As consequentes mudanças na qualidade de vida que a proposta se coloca a promover, em suposta implantação, dependerão do contexto de cada família, das dinâmicas sociais e econômicas correntes e da apropriação dos espaços pela população. As cidades são espaços de eternos conflitos entre os seus atores, o que agrada mais a alguns, pode não ser tão bem recebido por outros. Porém, é preciso estar constantemente na busca por um equilíbrio das necessidades, para que situações como a da região estudada não seja comum e acabe caindo na conformidade entre os seus moradores e a cidade.



A Tapera apresenta algumas características essenciais para a implantação de propostas desta natureza. Como o bairro encontra-se em processo de qualificação, já existe entre os moradores esse desejo de qualificação do espaço. Sua topografia pouco acentuada incentiva e contribui para que a maior parte dos deslocamentos seja feito a pé ou de bicicletas. Por ser uma região ocupada relativamente há pouco tempo, apresenta ainda uma baixa densidade construtiva, que caracteriza um elevado índice de capacidade de transformação. Além de sua localização vizinha ao Aeroporto e ao novo Campus da UFSC, pontos de atração para futuros investimentos.

O principal problema da Tapera pode ser colocado como uma desqualificação de seu ambiente urbano, que se divide em duas vertentes: a falta de urbanidade, ou seja, a baixa oferta de diferentes atividades no bairro; e os riscos ambientais, encontrados na ocupação de áreas inundáveis e próximas aos cursos d'água. A proposta se coloca no sentido de oferecer as condições adequadas de moradia associadas à qualidade da vida urbana, com espaços de uso público, praças e áreas verdes.

No que se trata das especificidades de desenho urbano, o estudo propõe a reorganização do traçado viário, abrindo novos deslocamentos no sentido Norte-Sul e implantando um sistema binário que possa melhorar a circulação no sentido Leste-Oeste sem necessitar dos alargamentos viários propostos pelo novo Plano Diretor. Junto a esse sistema, viria a criação de algumas estruturas qualificadas de espaços públicos, oferecendo atividades de lazer e inserindo novos equipamentos que atendam a demanda do bairro, tais como novas unidades de creche e de posto de saúde. Para possibilitar o melhor aproveitamento público do solo, serão implantadas novas tipologias de ocupação, com conjuntos habitacionais verticais, que ofereçam atividades comerciais no térreo e a predominância de áreas verdes.

Para amenizar os problemas tanto urbanos quanto ambientais, é proposta a liberação das áreas consideradas críticas: o miolo do bairro, para recuperação da área degradada e a inserção de novas tipologias de habitação; e as áreas com risco de inundação e localizadas nas APP's dos cursos d'água existentes, para a criação de grandes áreas permeáveis, consolidando uma infraestrutura verde que auxilie na redução e retenção dos volumes de água da chuva e no seu correto escoamento, utilizando a capacidade natural de absorção do solo. As modificações viárias incluem a implantação das redes de infraestrutura, que ficam facilitadas com a ampliação dos espaços livres e de suas estruturas.

O processo de liberação dessas áreas será feito em etapas, de modo a garantir que todo o remanejamento de famílias se restrinja a realocações dentro do próprio bairro e será dimensionado de acordo com a capacidade das novas tipologias de habitação projetadas.

4 | PROPOSTA GERAL

REGIÕES DE INTERVENÇÃO

A Tapera apresenta três regiões em situação total ou parcialmente desocupadas com capacidade suficiente para a implantação dos blocos verticais de habitação: a R-1, a R-2 e a R-3. Estas regiões receberão a maior densidade habitacional, necessária para a realocação das unidades em áreas críticas, e ficarão responsáveis por estimular a vitalidade urbana no bairro, oferecendo atividades comerciais e de lazer nos terrenos.

A região central (R-4) encontra-se dentro do zoneamento de ruído do Aeroporto Hercílio Luz, estando sujeita as restrições de uso impostas. Nesta sombra de ruído é permitida a prática atividades comerciais e esportivas e a implantação de novas unidades residenciais com baixa densidade, ficando vetados os usos de saúde, educacionais, culturais e de culto. Assim, a região será inicialmente liberada para a reestruturação do ambiente urbano, com a posterior implantação de unidades habitacionais em sobrados, distribuídas entre tipologia térrea ou duplex, e de áreas destinadas a atividades esportivas e de lazer.

As ocupações nas áreas consideradas críticas, em APP's (R-7) e com risco médio a alto de inundação (R-5, R-6, R-8 e R-9), terão as unidades habitacionais realocadas para as novas tipologias, as unidades comerciais serão transferidas para a borda superior da delimitação e para as lojas no térreo dos novos blocos para, por fim, a área ser destinada à construção de um parque. Este, será consolidado baseado nos critérios de Infraestrutura Verde, para auxiliar no manejo das águas da região e estimular o contato da população com as áreas verdes, contando com alguns equipamentos de suporte, áreas de estar, de lazer e esportivas.

A R-6 e a R-9, regiões com risco mais intenso de inundação pela sua proximidade com o mangue, serão destinadas a atividades esportivas, considerando a possibilidade de futuras integrações de usos com o novo Campus da UFSC. Na R-7, região de borda dos cursos d'água, terá a implantação de uma nova unidade para creche na porção do terreno isenta de restrições construtivas, e as demais porções serão destinadas à abertura de alguns passeios por entre os córregos e espaços de estar. Já a R-5 e a R-8, por sua vez, farão a transição entre as duas grandes áreas, contando com equipamentos de apoio para as atividades esportivas e de lazer.

SISTEMA VIÁRIO

Para requalificar o sistema viário da Tapera, a intervenção adota a abertura das duas novas vias arteriais propostas pelo Plano Diretor, que proporcionam diferentes alternativas para acesso ao bairro e melhor distribuição dos fluxos. E, em contraproposta aos alargamentos indicados para a Rua da Creche, a Servidão Tupi e a Servidão Ismael João da Silva, se propõe a criação de um sistema binário entre a Rua da Creche e a Rua da Floresta, e a Servidão Fortunato José Albino e a Servidão Ismael João da Silva, transformando-as também em vias compartilhadas, que possibilitará o fluxo de veículos maiores, sem interrupções ou restrições devido à ocupação de duas faixas de vias, e o alargamento dos passeios, reduzindo a velocidade de transição e dando preferência ao fluxo de pedestres e ciclistas.

Para possibilitar o fluxo no sentido Norte-Sul, são abertos dois anéis viários interligando os sistemas binários, que permitem o retorno e a circulação no interior do bairro. A abertura desses anéis faz uso de terrenos livres ou com menor taxa de ocupação, que possam interligar as áreas de intervenção e

dialogar com os eixos pré-existentes, qualificando os percursos com espaços fluidos e potencializando a permanente circulação de pessoas e a boa visualização dos ambientes. As intervenções viárias também abrangem conectar as extremidades de servidões com os anéis viários ou as vias mais próximas, trazendo melhor fluxo para os locais atualmente pouco movimentados.

ETAPAS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

O processo para a implantação de toda a proposta se dará em cinco grandes etapas, visando manter todos os moradores no bairro ao longo das intervenções e manter as relações existentes, realocando sempre que possível os moradores vizinhos para um mesmo bloco ou região próxima. A ordem das etapas se dará de acordo com a intensidade do risco nas áreas de liberação e a compatibilidade logística e construtiva nos terrenos destinados às realocações. Ao todo são, aproximadamente, 420 unidades com necessidade de realocação, 290 com risco de inundação, 70 por estarem localizadas nas APP's dos cursos d'água e 60 para possibilitar a implantação das novas tipologias e a requalificação das regiões degradadas do bairro. Com todas as tipologias projetadas, alcançou-se um total de 446 unidades de habitação, tendo seu excedente destinado a receber as eventuais realocações necessárias para a abertura de travessas e pequenas áreas verdes entre as vias existentes.

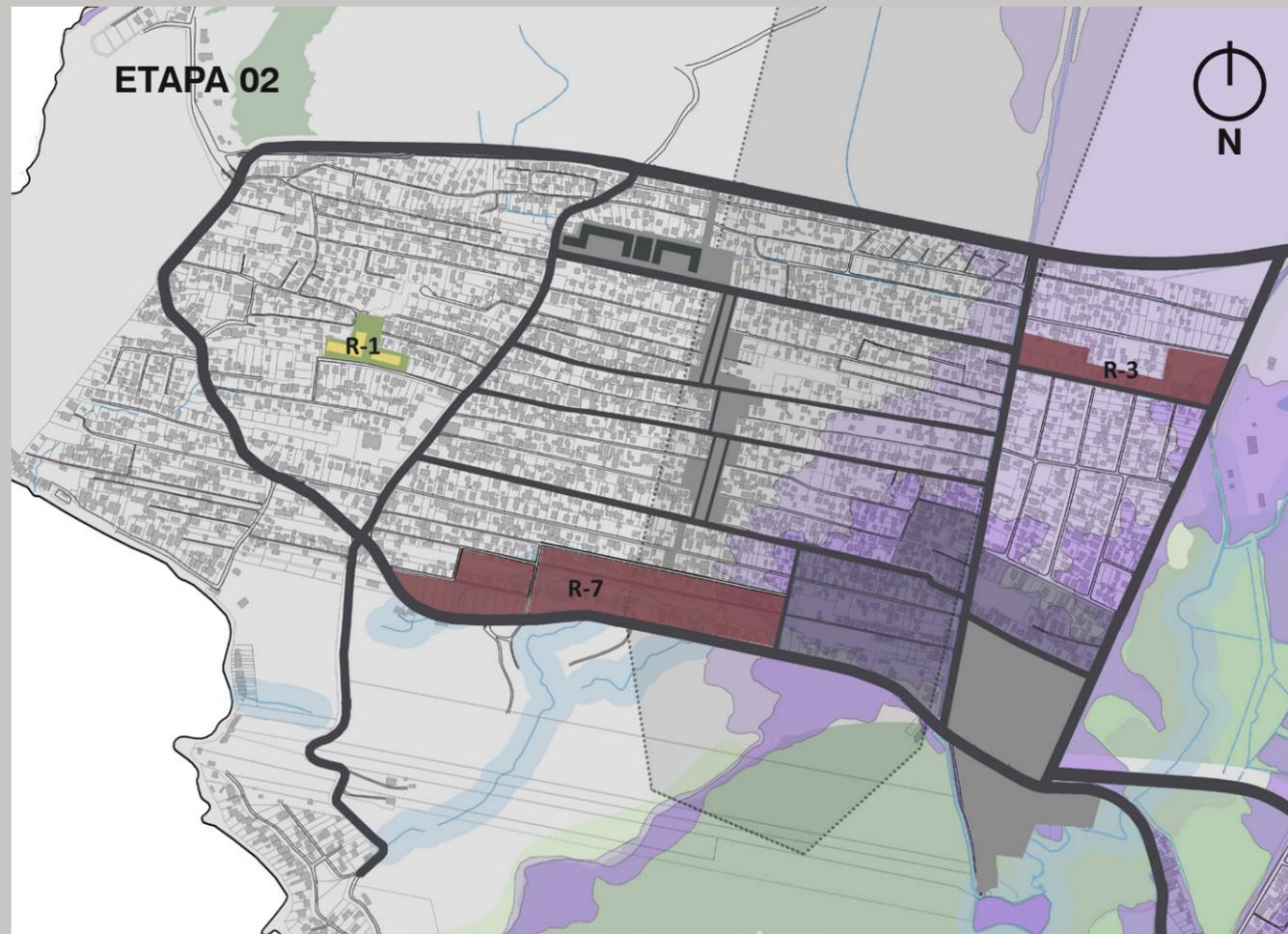
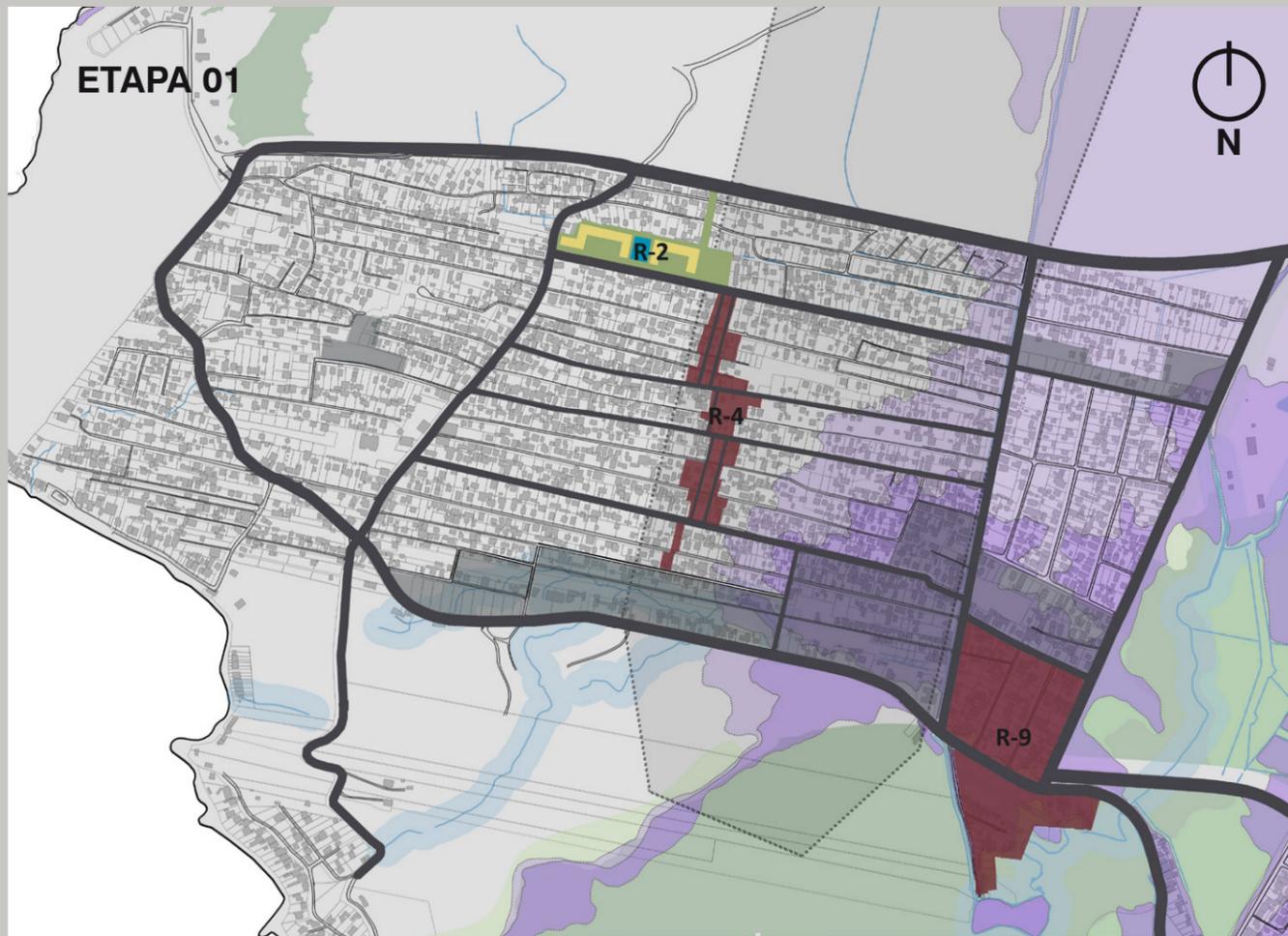
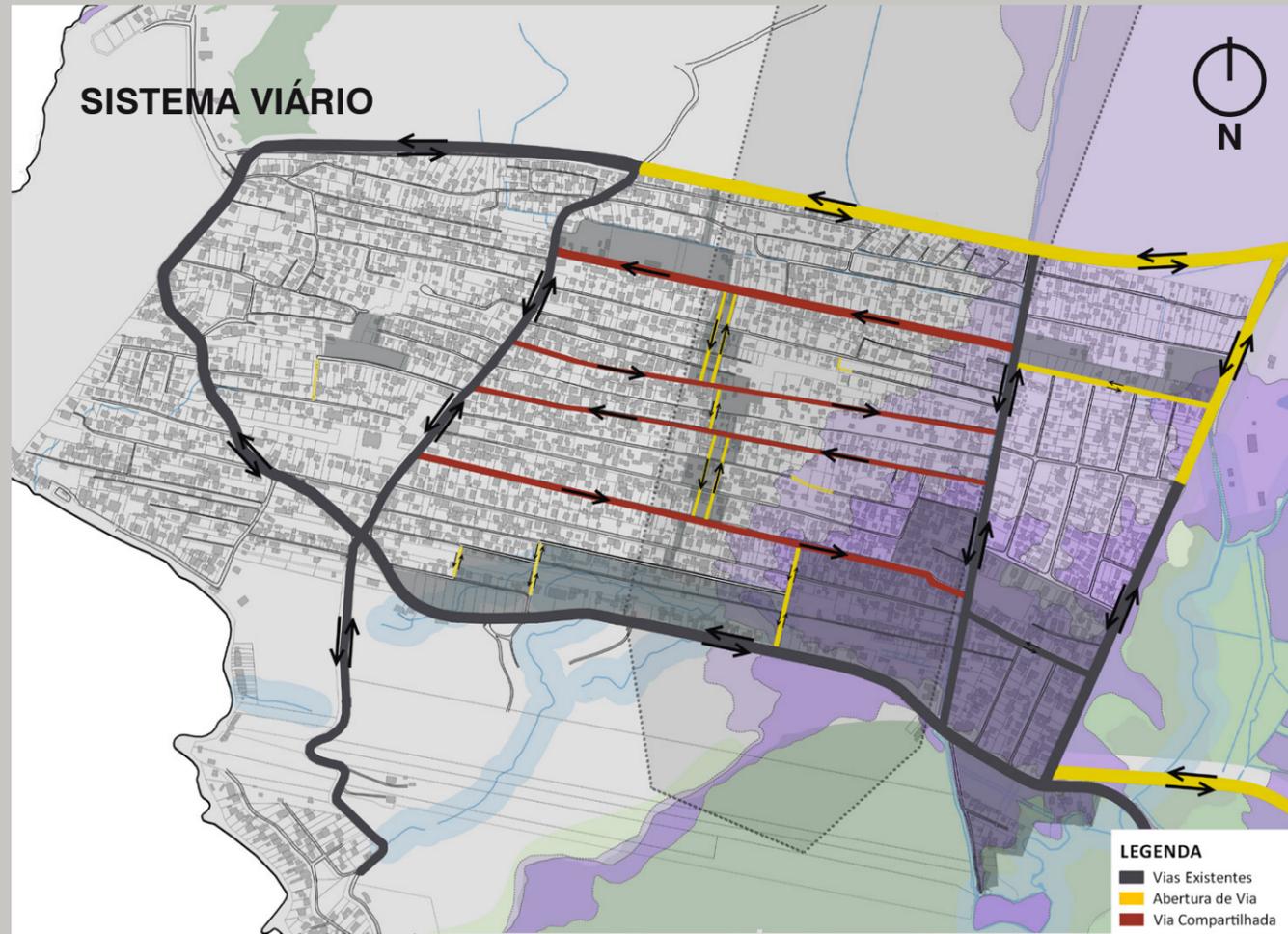
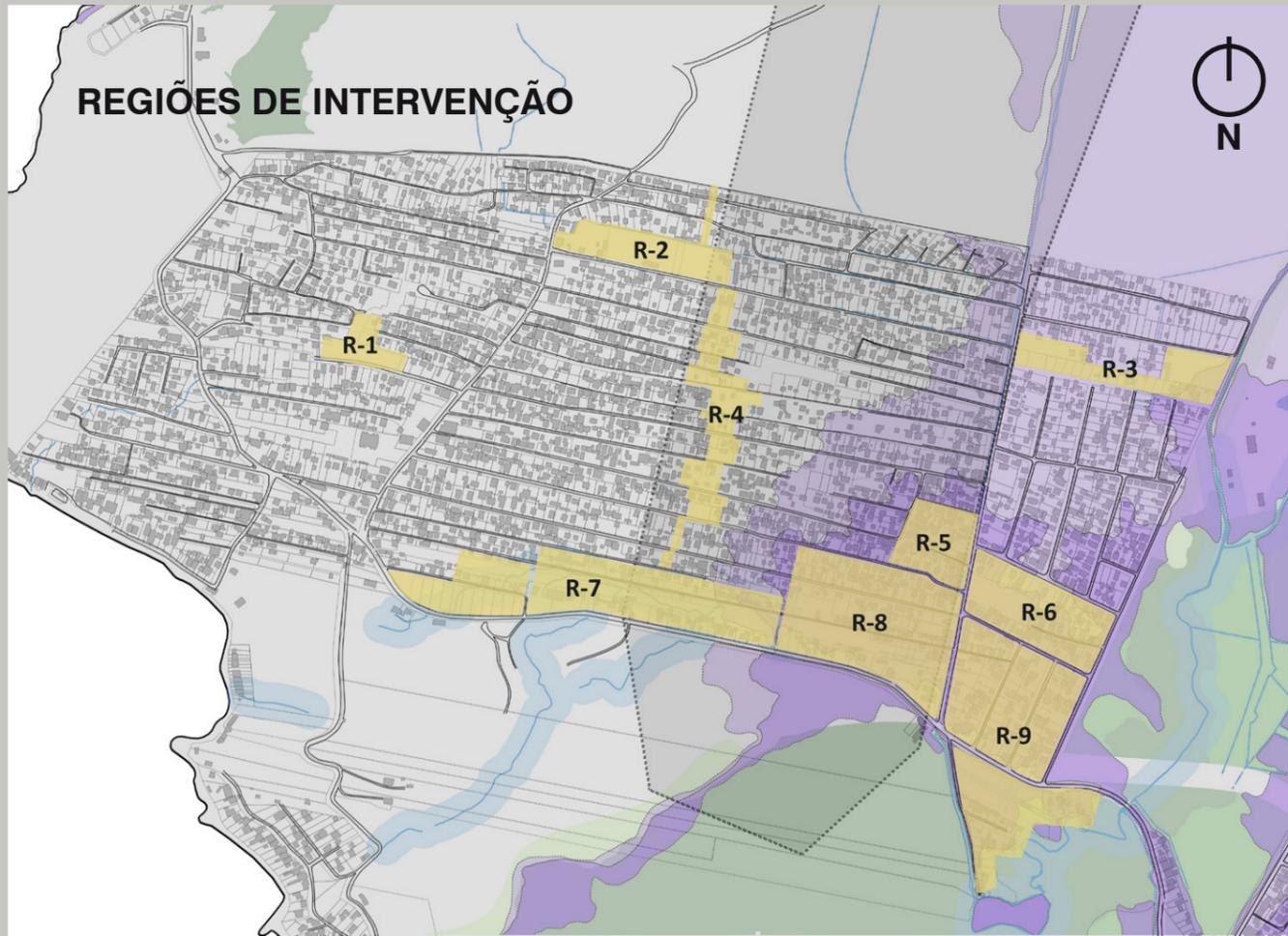
ETAPA 01: Consiste na construção dos dois primeiros blocos verticais de habitação na região R-2 e na implantação de uma Creche que atenda a até 75 alunos por turno. Assim que concluídas as 152 unidades habitacionais propostas, os moradores da região mais próxima do mangue, R-9 com aproximadamente 100 famílias, serão realocados, e o espaço ficará livre para a implantação das áreas verdes e de lazer. Nesta mesma etapa, também serão realocadas as 50 famílias da região R-4 para as demais unidades e a área ficará livre para as intervenções das últimas etapas do processo.

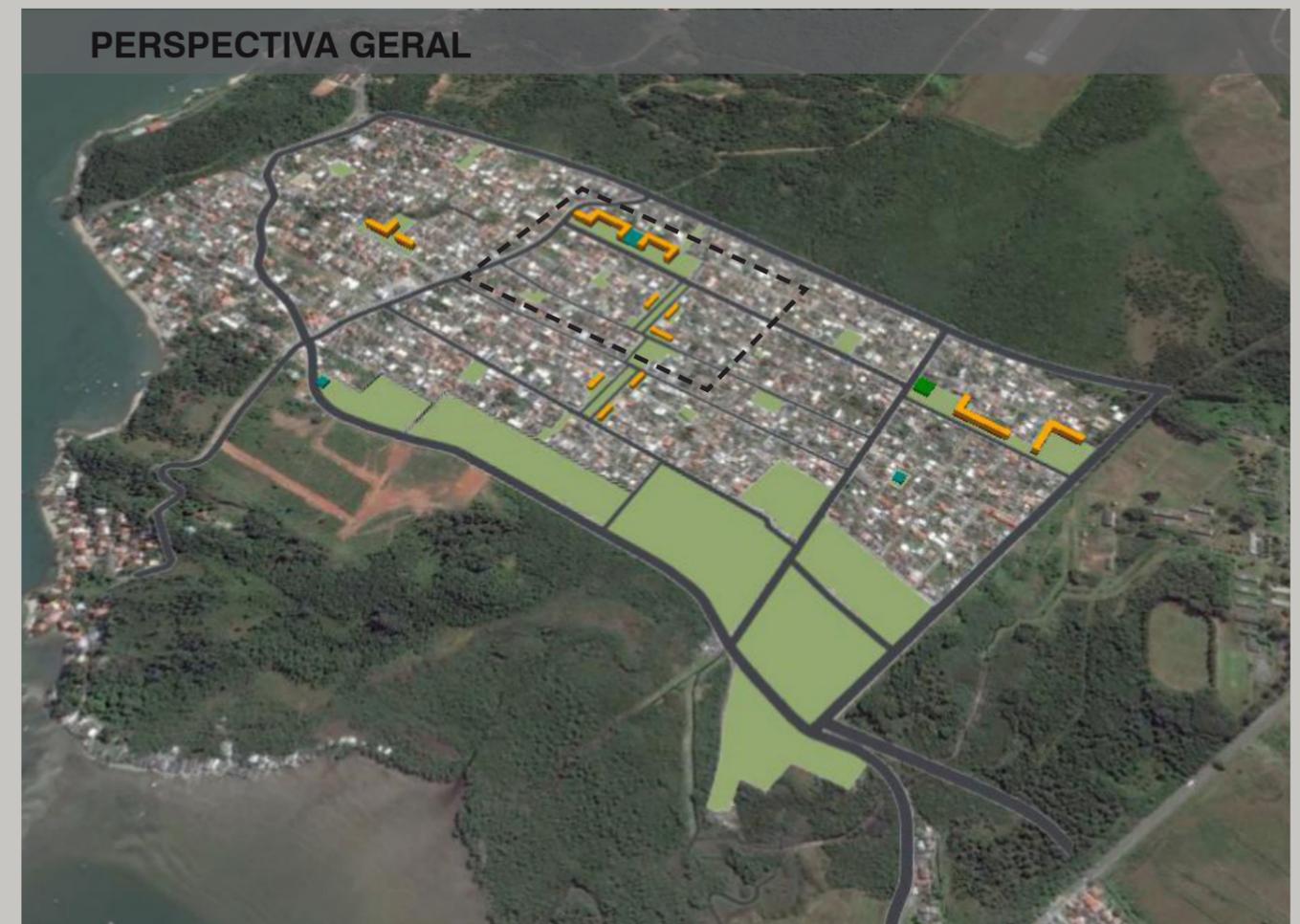
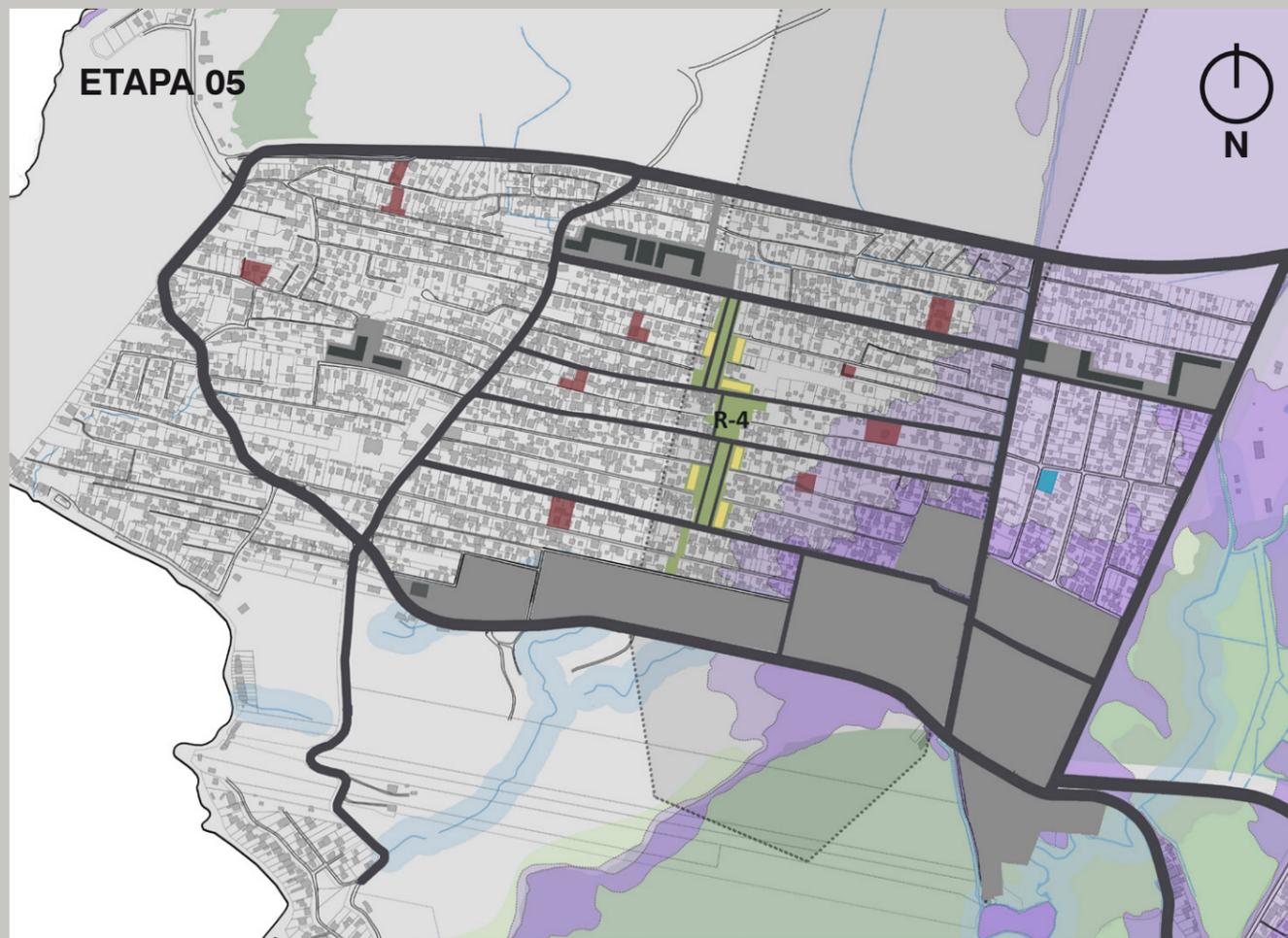
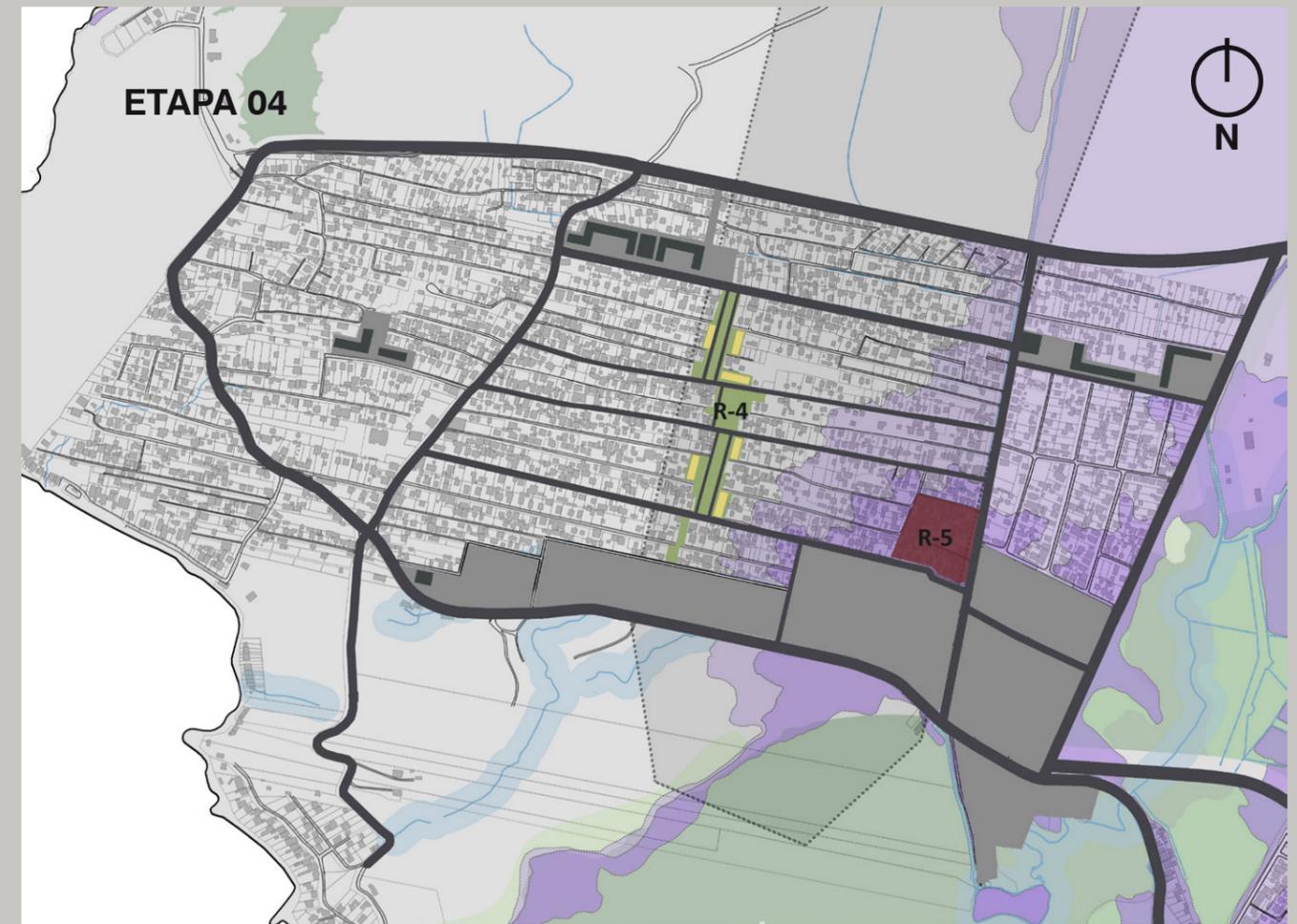
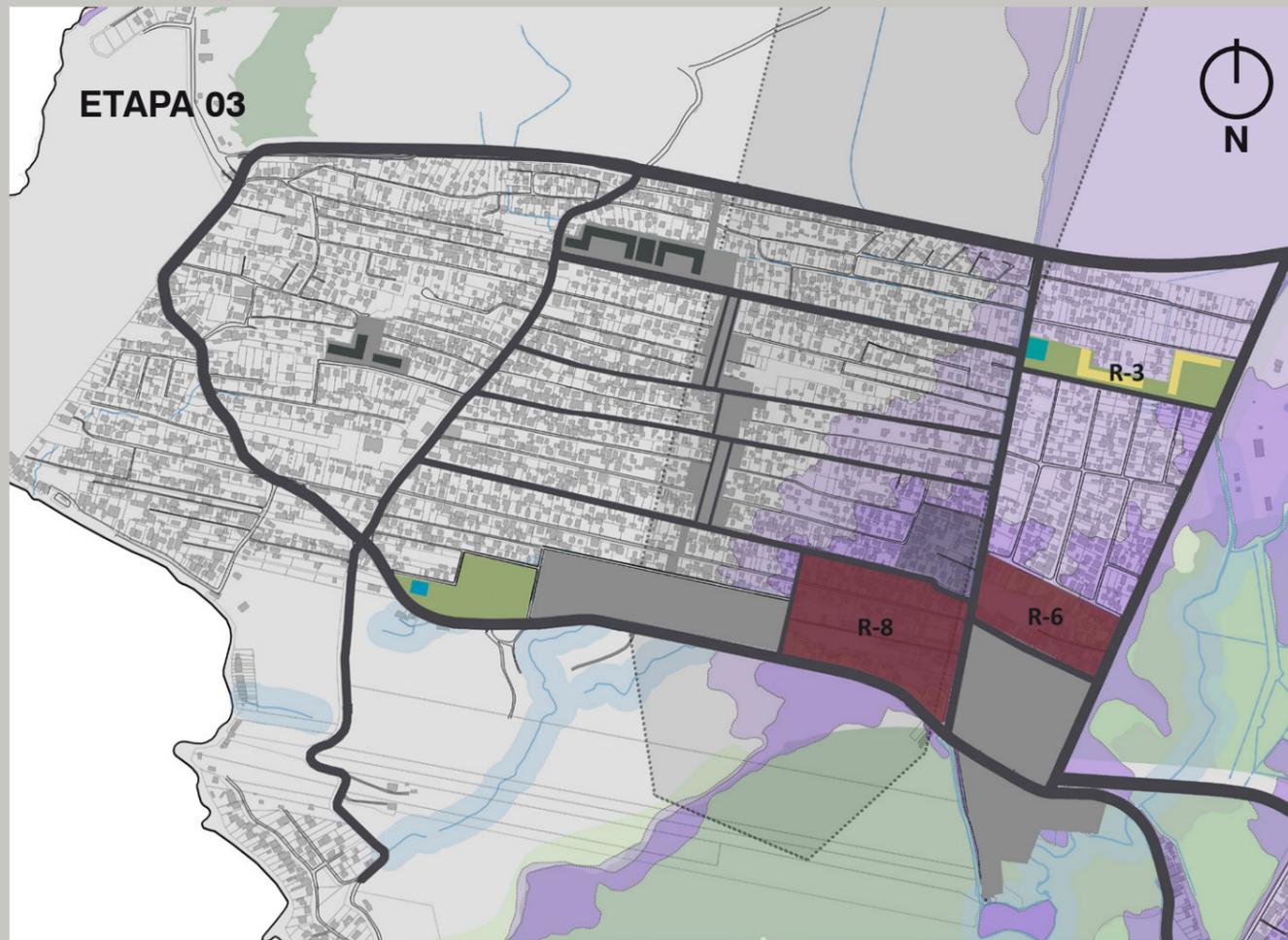
ETAPA 02: Assim que finalizadas as realocações da primeira etapa, começa-se a construção de mais dois blocos verticais de habitação na região R-1, oferecendo 80 unidades destinadas a receber as famílias realocadas das regiões R-7, com 70 famílias localizadas nas APP's de proteção aos cursos d'água existentes, e R-3, com 10 famílias. A região R-7 será destinada à implantação de outra Creche, com áreas verdes e de lazer e a região R-3 ficará liberada para implantação dos blocos habitacionais na próxima etapa.

ETAPA 03: Com a região R-3 liberada, iniciam-se as obras dos últimos dois blocos verticais de habitação, com oferta de 152 unidades e uma unidade de C.S. Após a conclusão da obra, as 150 famílias das regiões R-8 e R-6 podem ser realocadas e a Creche transferida para a R-7. As regiões se integrarão às R-7 e R-9, anteriormente liberadas, para a criação da grande área verde e de lazer do bairro.

ETAPA 04: As habitações na tipologia de sobrados começam a ser construídas na região R-4 para a realocação das 40 famílias da região R-5, que será agregada à área liberada das demais regiões. São propostas 62 unidades para essa região central, distribuídas entre tipologia térrea ou duplex.

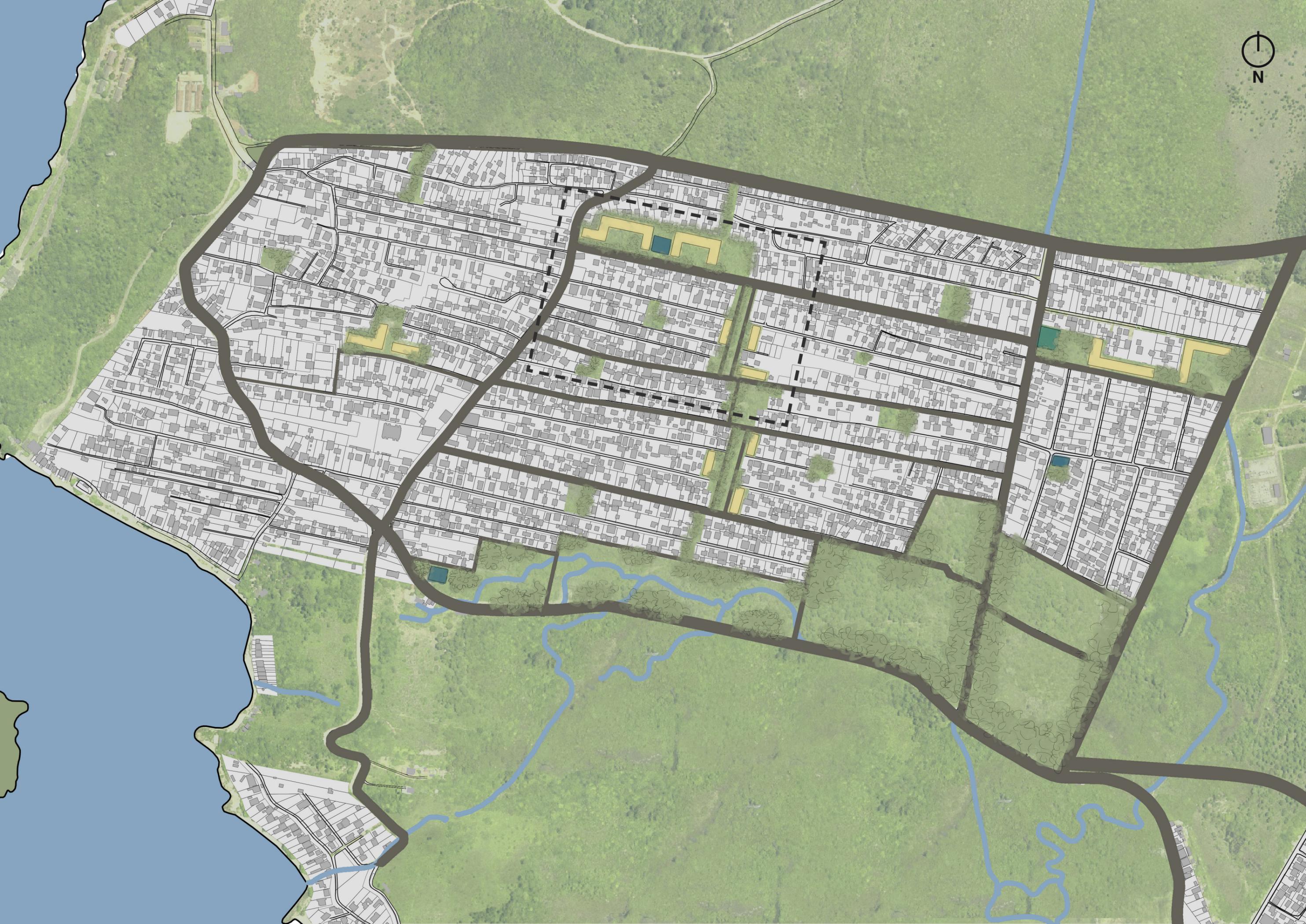
ETAPA 05: Finalizadas todas as realocações das áreas críticas, inicia-se a abertura de travessas, pequenas áreas verdes entre as vias existentes e a construção da última unidade de Creche da proposta, em um terreno livre próximo ao Campus da UFSC. As eventuais realocações necessárias serão dimensionadas de acordo com o excedente disponível das novas unidades habitacionais construídas.





PROPOSTA GERAL

ESC.:1/5.000



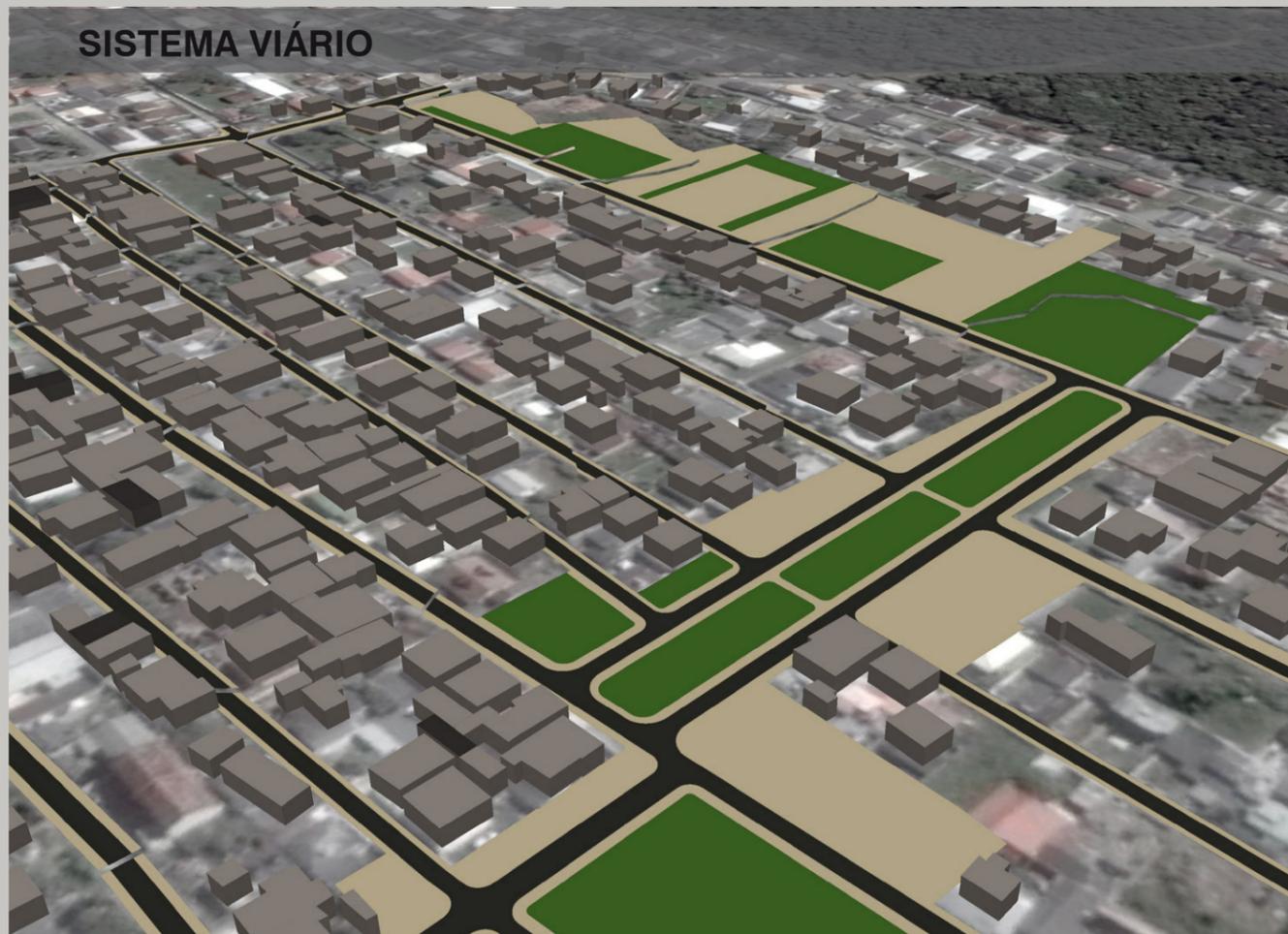
EDIFICAÇÕES A REALOCAR



ESPAÇO LIBERADO



SISTEMA VIÁRIO



LANÇAMENTO VOLUMETRIA



5 | PROPOSTA ESPECÍFICA

O projeto busca estruturar o bairro a partir da diversidade de usos e serviços para além da moradia. As construções cumprem a sua função habitacional, mas também são elementos criadores de vitalidade urbana. Com térreos comerciais e áreas de lazer públicas, incentivando a interação entre os moradores do local, e proporcionando oportunidade para a geração extra de renda. O que define cada tipologia é a sua relação com o espaço público.

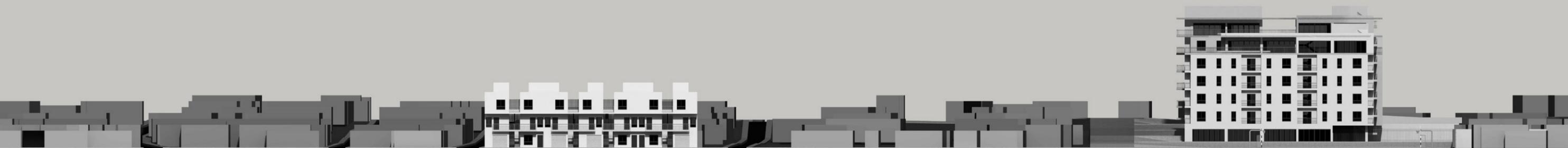
O recorte para detalhamento abrange as regiões R-2 e R-4, que contém as duas diferentes tipologias propostas, vertical e de sobrados, a implantação da creche e a maior parte das alterações viárias. A região R-2 receberá a maior densidade habitacional, enquanto a R-4 ficará com a maior parte das áreas verdes e as unidades assobradadas, locadas de forma mais dispersas ao longo do eixo Norte-Sul.



ELEVAÇÃO SUL



ELEVAÇÃO LESTE



LEGENDA PAINEL:

- HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR:**
 E-1: UNIDADE 1 DORMITÓRIO
 E-2: UNIDADE 2 DORMITÓRIOS
 E-3: UNIDADE 3 DORM. ESQUINA
 E-4: UNIDADE 2 DORM. ESQUINA
 L-1: LOJA 59m²
 L-2: LOJA 42m²
 L-3: LOJA 36m²
 L-4: LOJA 21m²
 AL: ÁREA LIVRE
 AE: ÁREA ESPORTIVA

- HABITAÇÃO EM SOBRADOS:**
 A-1: UNIDADE ADAPTADA 1 DORM.
 A-2: UNIDADE ADAPTADA 2 DORM.
 B-1: GARAGEM/COMÉRCIO
 B-2: COMÉRCIO
 D-1: DUPLEX DE ESQUINA
 D-2: DUPLEX COM LAJE EXTERNA
 D-3: DUPLEX COM GARAGEM
 AL: ÁREA LIVRE
 AE: ÁREA ESPORTIVA

- CRECHE:**
 C-1: BERÇÁRIO 1
 C-2: BERÇÁRIO 2
 C-3: SALA DE ATIVIDADES 1
 C-4: SALA DE ATIVIDADES 2
 C-5: REFEITÓRIO
 C-9: SALA MULTIUSO 1
 C-10: FRALDÁRIO
 C-11: LACTÁRIO
 C-12: BANHEIRO INFANTIL
 C-13: COZINHA
 C-14: SALA MULTIUSO 2
 C-15: RECEPÇÃO
 C-16: SALA DA DIREÇÃO
 C-17: DESPENSA
 C-18: ALMOXARIFADO
 C-19: DEPÓSITO DE LIMPEZA
 C-20: ROUPARIA
 C-21: ÁREA DE SERVIÇO
 C-22: SANITÁRIO DE ADULTOS
 C-23: VESTIÁRIO
 C-24: DEPÓSITO DE LIXO





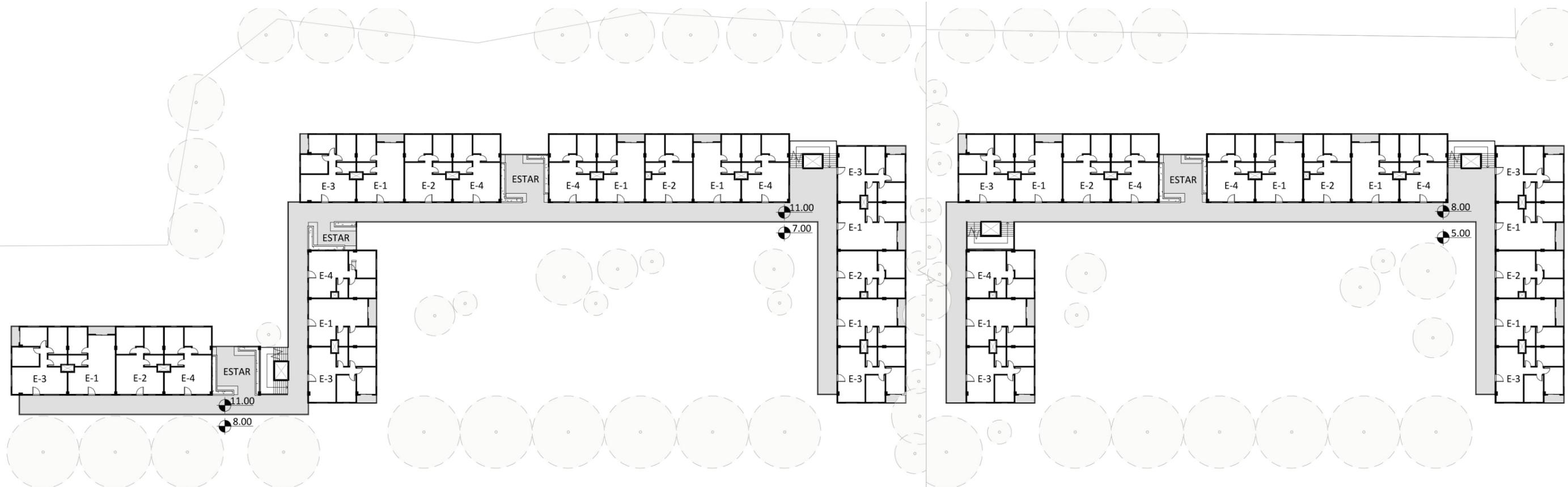
REGIÃO R-2

Localizada em um terreno que faz esquina entre a Rua das Areias e a Rua da Creche, consiste na construção de dois blocos verticais de habitação com 152 unidades distribuídas em quatro pavimentos e 33 lojas comerciais no térreo, uma Creche, dimensionada para atender até 75 crianças, duas Áreas de Lazer (AL-1 e AL-2), uma a cada bloco habitacional, e uma Área Esportiva (AE-1) na zona atingida pelas restrições de uso do aeroporto.

A IMPLANTAÇÃO

A implantação dos blocos habitacionais começa a partir da delimitação das Áreas Livres, que seriam centrais a cada bloco, adaptando o projeto ao espaço público planejado. A intenção é criar um percurso entre lojas comerciais e o acesso às moradias que abra um recuo em relação à rua, trazendo o movimento para dentro do terreno e ao redor das Áreas Livres, possibilitando a distribuição das atividades e a interação entre os usuários. Os fundos do terreno serão destinados à locação das vagas de garagem dos moradores.

A esquina do terreno seria conformada pelo desenho do primeiro bloco de habitação, conectando a concentração do comércio preexistente da Rua das Areias com o proposto. Ao centro do terreno, entre o primeiro e o segundo bloco implantado, ficaria a unidade da Creche.



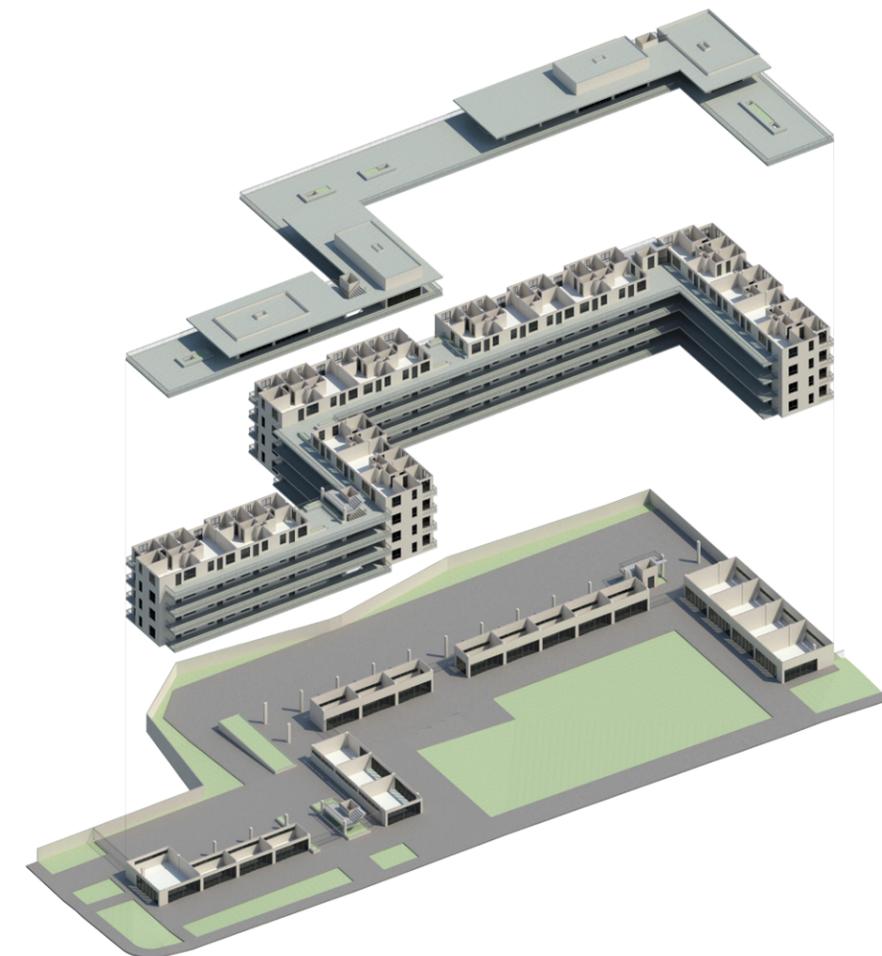


AS UNIDADES HABITACIONAIS

Os blocos se conformam a partir de uma modulação padrão da malha estrutural, permitindo a construção de uma unidade a cada módulo, distribuídas em fileiras e voltadas para o Norte ou para o Leste, com circulação horizontal externa e aberta passando na orientação oposta. A cada extremidade, é estendido um balanço no módulo que permite a ampliação da unidade padrão. A circulação vertical é inserida sempre nos nós entre fileiras e dá acesso desde o térreo até o terraço e a cobertura da construção. Alguns módulos da estrutura ficariam abertos, destinados a implantação de áreas de convivência a cada pavimento, incentivando o contato entre os moradores e as relações com o exterior.

São propostos quatro modelos de unidades básicas, com opção de 1, 2 e 3 dormitórios, podendo ser ou não adaptada para portadores de necessidades especiais. A opção de 1 e 2 dormitórios é uma possibilidade de variação dentro do próprio módulo estrutural, podendo variar sua posição no pavimento, já a unidade de 3 quartos estaria nas extremidades, onde é possível ampliar a área necessária para mais um dormitório.

Cada unidade conta com sala e cozinha conjugadas, com aberturas voltadas para a circulação externa, um banheiro central, ventilado por meio de dutos de ventilação compartilhados a cada duas unidades, e quartos, voltados para orientação Norte ou Leste. Para melhor aproveitamento de cada unidade, o espaço da área de serviço será reduzido, dimensionado para suprir apenas as demandas do dia-a-dia, e as demandas mais pesadas teriam suporte no terraço do prédio, onde estão localizadas lavanderias coletivas, com espaços maiores e melhor ventilados.



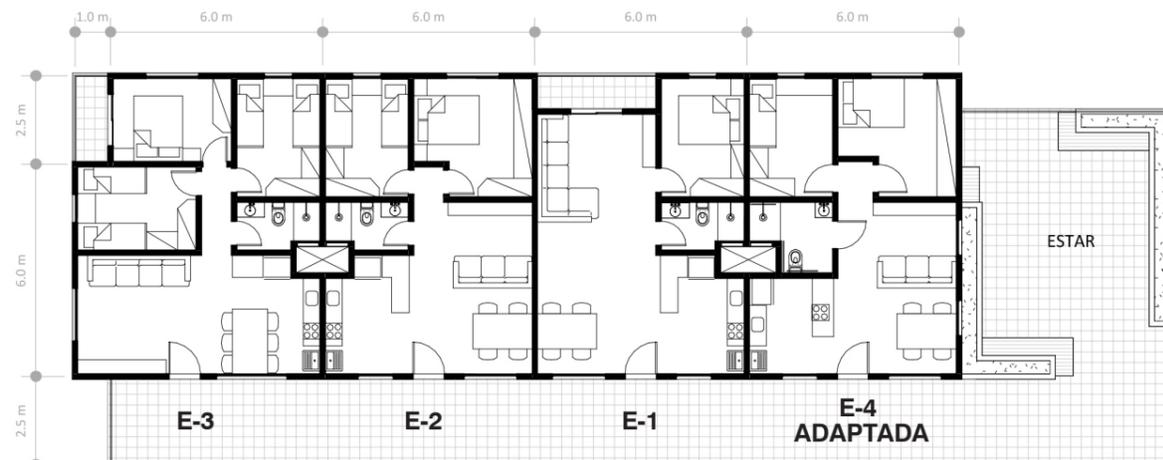
ESQUEMA ISOMÉTRICO - HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR



CORTE AA'
ESC.: 1/500



CORTE BB'
ESC.: 1/500



PLANTA BAIXA UNIDADES (R-2)
ESC.: 1/200





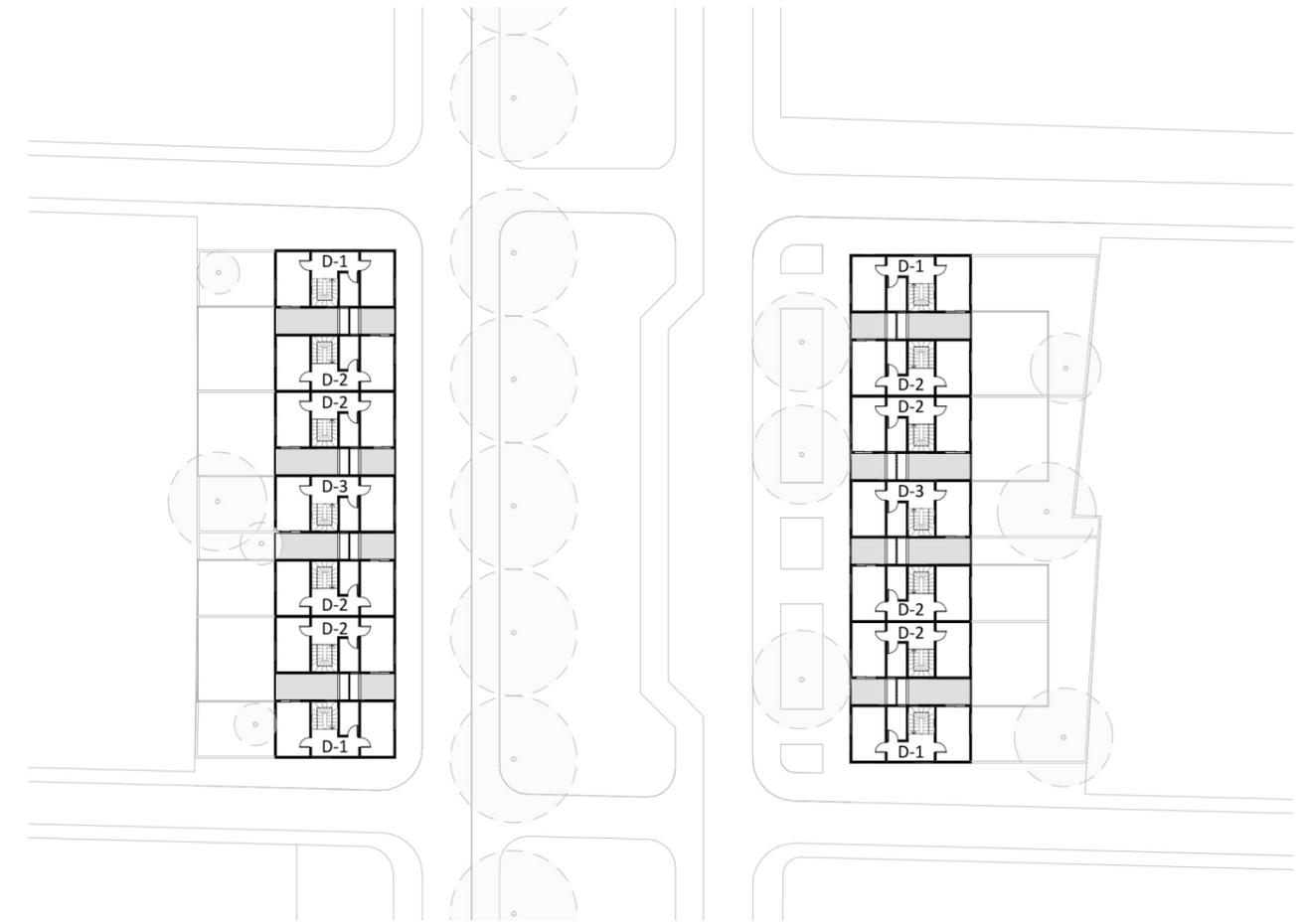
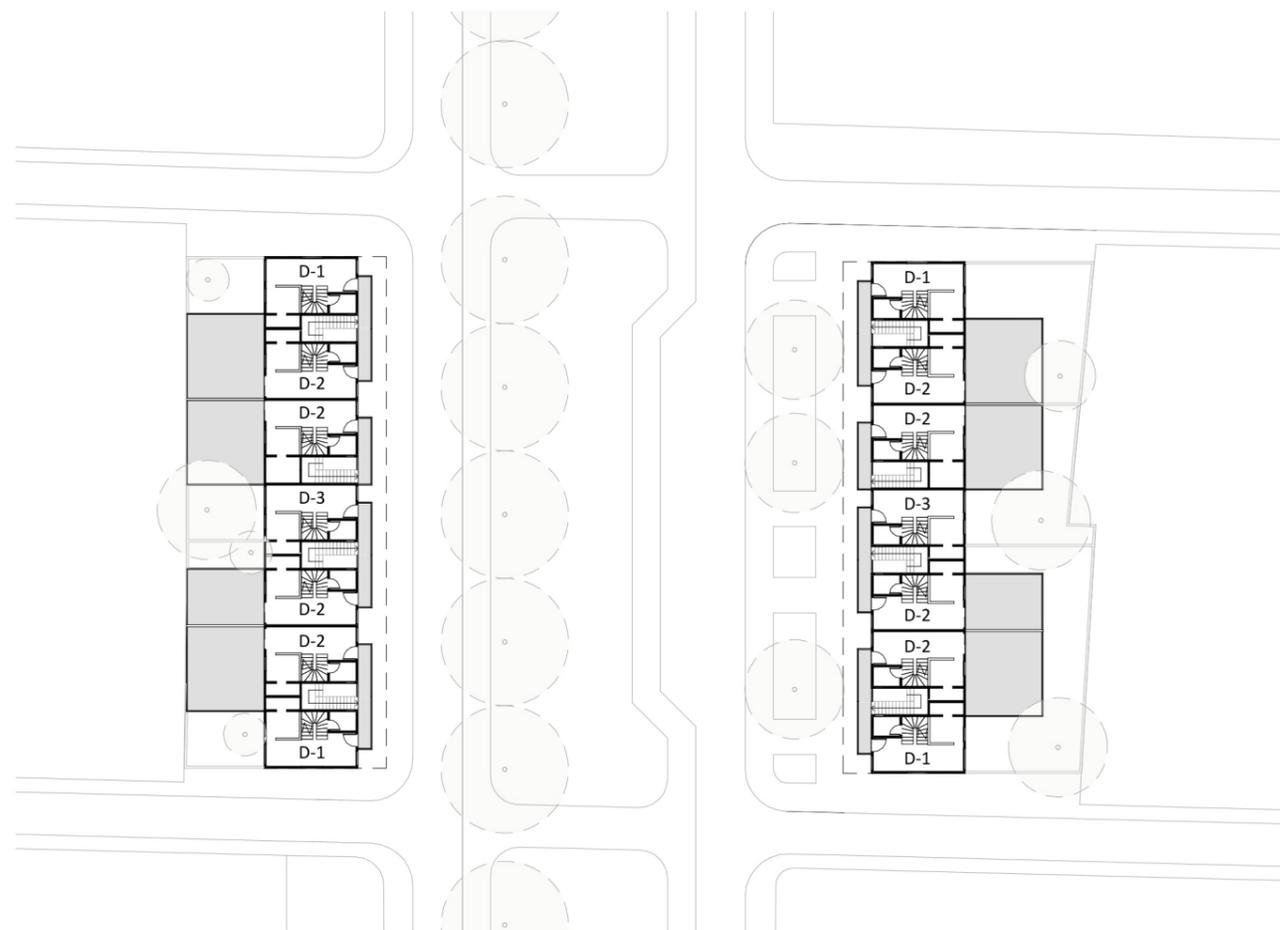


REGIÃO R-4

A seleção dos terrenos para intervenção na região central consiste na conformação de um desenho flexível e com recortes variados, simulando as possíveis negociações da situação na prática. Para isso, foram selecionados conforme seu índice de capacidade de transformação, ou seja, com as menores taxas de ocupação.

A IMPLANTAÇÃO

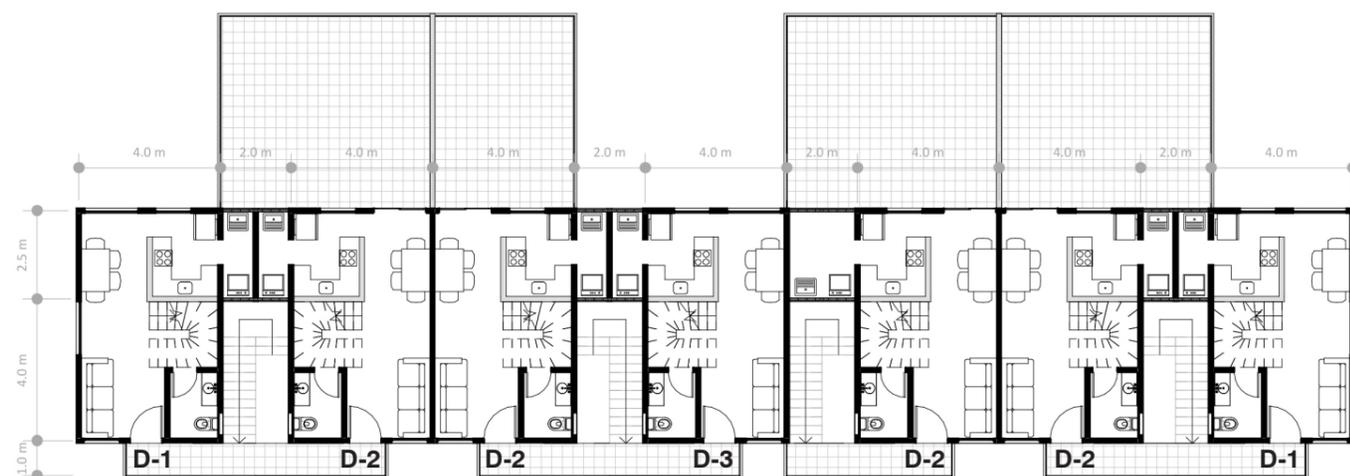
A implantação começa pela locação dos anéis viários entre as vias compartilhadas, o primeiro entre a Rua da Creche e a Rua da Floresta, e o segundo entre a Servidão Fortunato José Albino e a Servidão Ismael João da Silva. As áreas internas a essas vias serão destinadas ao lazer, com massas de vegetação, passeios e eventuais atividades. Os terrenos externos às vias, com dimensões suficientemente adequadas, serão ocupados pelas habitações assobradadas.



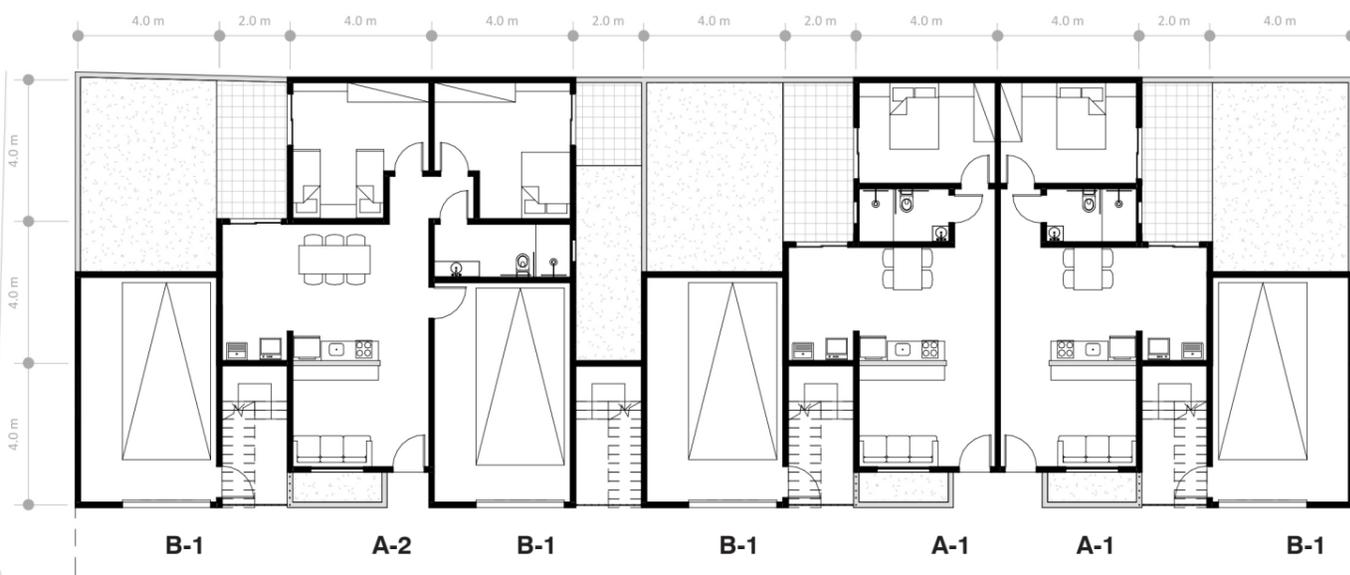




PLANTA BAIXA 2º PAVIMENTO - UNIDADES (R-4)
ESC.: 1/200



PLANTA BAIXA 1º PAVIMENTO - UNIDADES (R-4)
ESC.: 1/200



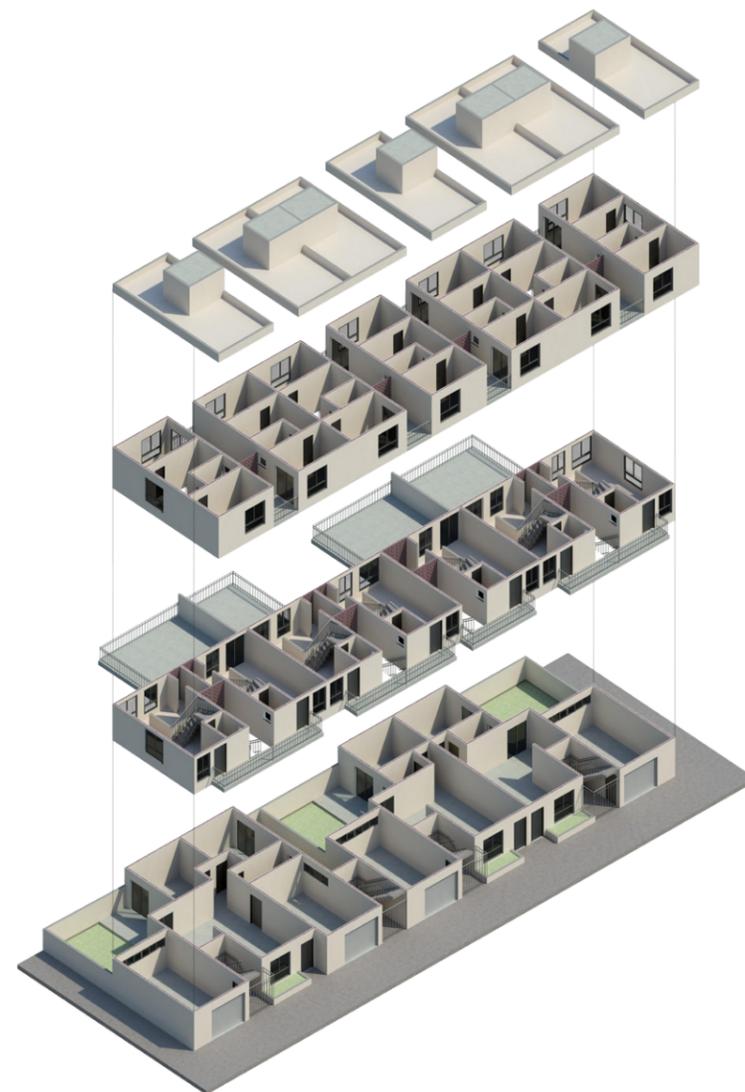
PLANTA BAIXA TÉRREO - UNIDADES (R-4)
ESC.: 1/200

AS UNIDADES HABITACIONAIS

As unidades são dispostas de modo que se tenha, no térreo, unidades acessíveis e espaços que podem servir tanto para garagem quanto para o comércio, adaptando-se às necessidades de seus ocupantes.

No piso superior, as unidades são projetadas em forma de duplex, acessadas por uma escada compartilhada a cada dois módulos, possuem as áreas comuns no primeiro pavimento e as áreas íntimas no andar superior.

A Variação da tipologia de ocupação no térreo entre as unidades adaptadas, estendidas até o fundo do terreno, e as garagens, acaba compondo duplex ora com a presença de uma laje externa nos fundos do primeiro pavimento (D-2), ora com um espaço de garagem no térreo (D-1 e D-3).



ESQUEMA ISOMÉTRICO - HABITAÇÃO EM SOBRADOS



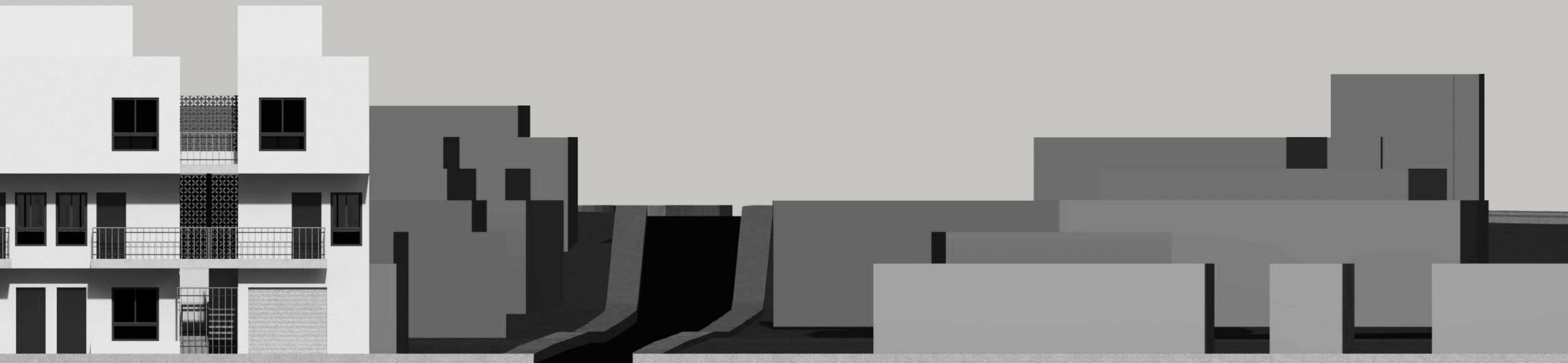
CORTE CC'
ESC.: 1/500



CORTE DD'
ESC.: 1/500

“(...) A HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NÃO É UM PROBLEMA DE QUANTIDADE, NEM DE CUSTO, NEM DE TECNOLOGIA, O OBJETIVO ESSENCIAL É A CONSTRUÇÃO DA CIDADE, E NÃO SE BASEIA NA IMPOSIÇÃO DE UM MODELO PRÉ-ESTABELECIDO E SIM NA GERAÇÃO DE MODELO PRÓPRIO CRIADO SOBRE A OBSERVAÇÃO QUE O PRÓPRIO LOCAL NOS REVELA.”

HÉCTOR VIGLIECCA



6 | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SOBRE HABITAÇÃO E CIDADE

MONTANER, J. M. **Arquitetura e política : ensaios para mundos alternativos**. Josep Maria Montaner e Zaida Muxí.-- São Paulo : Gustavo Gili, 2014. 253 p.

WHITAKER, J. S. W. F. **Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano**. Parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos. Coordenador João Sette Whitaker Ferreira.-- São Paulo : LABHAB ; FUPAM, 2012. 200p.

VIGLIECCA, H. **O Terceiro Território : habitação coletiva e cidade**. Hector Vigliecca.-- São Paulo : Editora Vigliecca & Associados, 2015. 282 p.

ABRAMO, P. A. **Favela e mercado informal : a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras**. Org. Pedro Abramo-- Porto Alegre : ANTAC, 2009. (Coleção Habitare, v. 10) 336 p.

SOBRE FLORIANÓPOLIS E TAPERÁ

PMHIS- **Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Florianópolis**. Prefeitura Municipal de Florianópolis, Secretaria de Habitação e Saneamento Ambiental. -- Florianópolis, 2012. 166 p.

SUGAI, M. I. **Segregação silenciosa : investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conturbada de Florianópolis (1970-2000)**. Maria Inês Sugai. – Florianópolis : Editora da UFSC, 2015. 255 p.

COEP: **“Mudanças Climáticas, Desigualdades e Populações Vulneráveis no Brasil: construindo capacidades”**.

Coletânea Habitare- vol. 2- **Inovação, Gestão da Qualidade & Produtividade e Disseminação do Conhecimento na Construção Habitacional**.

